

AUDIÊNCIA PÚBLICA 16JUN2011

Pauta: Debater sobre os desafios pedagógicos e legais da Educação Infantil pública e privada em Porto Alegre.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): (19h19min) Estão abertos os trabalhos da presente audiência pública. Senhoras e senhores presentes, boa-noite. Convido para compor a Mesa a Sra. Adriana de Souza Costa Miranda, representante da Secretaria Estadual de Educação; a Sra. Gisela Nassif Azem, representante da Secretaria Municipal de Educação, Coordenadora da Educação Infantil; o Sr. Celso Stefanoski, representante do Conselho Estadual de Educação e representante do Sinpro/RS; a Sra. Regina Maria Duarte Scherer, Presidente do Conselho Municipal de Educação; a Sra. Nelcinda Aguirre da Silva, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; a Sra. Edna Paula de Paula, representante do Sindicreches. Passamos à leitura do Edital: Audiência Pública com o objetivo de debater acerca dos desafios pedagógicos e legais da Educação Infantil Pública e Privada em Porto Alegre. A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, comunica à comunidade porto-alegrense a realização de Audiência Pública, dia 16 de junho de 2011, às 19h, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, sita na Avenida Loureiro da Silva, nº 255, Centro, com o objetivo de debater sobre os desafios pedagógicos e legais da Educação Infantil Pública e Privada em Porto Alegre. Gabinete da Presidência, 1º de junho de 2011. Vereadora Sofia Cavedon, Presidente.”

Prestigia esta audiência pública o Ver. Toni Proença.

A Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Boa-noite a todos e a todas. Muito obrigada pela presença. Esta audiência pública surgiu da presença do Conselho Municipal de Educação na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude desta Câmara e, também, de uma audiência que tive com o Conselho sobre outro tema. O Conselho expôs as dificuldades e preocupações em relação às Instituições, especialmente as instituições de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Audiência Pública 16JUN2011

Pauta: Debater sobre os desafios pedagógicos e legais da Educação Infantil pública e privada em Porto Alegre.

Educação Infantil privadas, por Porto Alegre ainda não ter um processo que garanta que todas estejam integradas no sistema para ter um acompanhamento e, até mesmo, uma fiscalização, de forma a termos segurança no atendimento à Educação Infantil que estamos ofertando para além das redes que têm já uma outra articulação, tanto a rede comunitária quanto a rede pública, própria das três esferas, pois temos, inclusive, algumas instituições infantis federais. Nós, então, combinamos que abriríamos este debate, está aqui a Presidente do Conselho Municipal de Educação, a Regina Scherer, a quem eu cumprimento. Cumprimento a Adriana de Souza Miranda, queremos consertar, o seu sobrenome não é Medina; cumprimento e agradeço a Gisela, Coordenadora da Educação Infantil na Capital; agradeço a presença do Celso Stefanoski, é importante para nós que o Sinpro esteja aqui; e também a Nelcinda Aguirre da Silva, que é a Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, assim como a Edna Paula de Paula, representante do Sindicreches, essas duas que atuam mais especialmente com as instituições comunitárias. É bastante importante a representatividade desta Mesa e desta Audiência, mesmo não sendo uma audiência de massa. Nossa intenção e o objetivo das audiências públicas é abordar um problema que nós estamos vivendo na Capital, examinar os diferentes pontos de vista, causas e construir encaminhamentos. A dinâmica que nós costumamos estabelecer e que proponho para vocês é uma primeira fala, no caso, do Conselho Municipal de Educação, por estar preocupado e ser o responsável pelo tema, e falas da Mesa. Aí nós podemos combinar quais os que, na verdade, acham que devem intervir neste primeiro momento. Então, nós abrimos para manifestações do plenário; no máximo, vamos trabalhar com o número de dez, pois acho que, pelo tamanho do público, vai ser suficiente, e, depois, fechamos com encaminhamentos e respostas a questionamentos, se for o caso. Informo que nós já podemos anotar inscrições para manifestações da plenária com a nossa Diretoria Legislativa, que está ali a nossa esquerda.

Passo, de imediato, a palavra a Regina Scherer, para que possa situar o problema para nós. Regina, seja bem-vinda!

A SRA. REGINA MARIA DUARTE SCHERER: Obrigada, Sofia. Queria dar boa-noite a todos vocês, cumprimentar todos os componentes da Mesa e, para tentar agilizar o processo, no nome da Sofia, eu vou cumprimentá-los, porque a nossa intenção

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Audiência Pública 16JUN2011

Pauta: Debater sobre os desafios pedagógicos e legais da Educação Infantil pública e privada em Porto Alegre.

realmente, hoje, é apresentar alguns dados para vocês, contextualizar um pouquinho, antes de passar para a apresentação em *datashow*, todos eles estão em formato de gráfico. O Conselho Municipal de Educação tomou como base para a elaboração deste material os Pareceres que já exarou, lembrando a todos que, desde 1998, nós somos um Sistema Municipal de Educação e que, a partir desse processo, algumas atribuições passaram para responsabilidade do Conselho Municipal de Educação. Eu sou Professora; no Conselho Municipal de Educação, eu represento os professores da Rede Municipal de Porto Alegre, estou como Conselheira num segundo mandato, então, tenho quase que o mesmo tempo de mandato no Conselho da existência da Resolução nº 003, que, no ano de 2011, está completando dez anos. E talvez essa lembrança de que são dez anos da Resolução que trata da Educação Infantil no Município de Porto Alegre é que tenha provocado a conversa que tive com a Sofia num outro momento de discussão. E gostaria também de colocar que esse não é um processo isolado deste momento do Conselho. Durante todo esse tempo, no processo, a cada vez que passam as plenárias que acontecem no Conselho para votação dos Pareceres, sempre apareceu, na fala de todos os Conselheiros que lá estão e que lá estiveram, a preocupação com as condições da oferta da Educação Infantil. Então, esse não é um trabalho desta Direção do Conselho, esse é um trabalho que vem sendo construído ao longo do tempo do Conselho. Especificamente, com relação a alguns dados que vamos colocar aqui, penso que é muito importante dizer que, no ano passado, a partir de 2009, e no de 2010, durante o processo que se fez num esforço conjunto da Secretaria Municipal de Educação com o Conselho Municipal, houve uma chegada muito grande de conselhos de entidades comunitárias conveniadas com a Prefeitura. E todo esse processo de discussão coletiva em relação a essas entidades provocou, em parte, o levantamento de alguns dados. A Direção que me antecedeu deixou um material muito rico e que precisa ser reconhecido. É um documento encaminhado, inclusive, para a Secretaria Municipal de Educação, que aponta todas as situações pendentes em relação a essas instituições, com a preocupação de que a Secretaria Municipal de Educação não olhasse só para o Parecer, mas tivesse muito presentes essas recomendações e, a partir disso, envidasse esforços para que esses problemas fossem resolvidos, digamos assim. O que fizemos? A partir do apontamento de alguns desses dados, nós fomos um pouco mais fundo. Nós pegamos todos os Pareceres exarados pelo Conselho até hoje, e procuramos mapeá-los. Então, o que vocês verão,

agora, na apresentação... Eu pediria que quem estiver um pouco mais distante, se puder, que chegue mais perto, de onde possa ver um pouco melhor a tela. Com certeza, eu vou explicar os dados, mas eles poderiam ser mais bem visualizados.

(Procede-se à apresentação em *datashow*.)

A SRA. REGINA MARIA DUARTE SCHERER: É chamado de panorama, porque é a visão do Conselho Municipal de Educação a partir dos dados de que ele dispõe, que são os Pareceres e alguns documentos do Setor de Informática da Prefeitura, no caso, da SMED. O primeiro dado que a gente traz é mapeando: quais são as instituições que nós temos compondo o sistema? Temos 34 instituições que são da Prefeitura, as Escolas Municipais de Educação Infantil; sete Jardins de Praça, 200 creches conveniadas e 364 instituições privadas de Educação Infantil. Esses dados são referentes ao mês de abril, que foi quando começamos a compor esses gráficos. Aí, agora, a gente vai separando por categoria: a instituição de Educação Infantil pública, privada e conveniada, porque são tratamentos um pouco diferenciados. Dentro das instituições públicas, são 41 no total, e nós temos 17% sendo Jardins de Praça, e 83% sendo escolas de Educação Infantil. Em relação aos Jardins de Praça, que são sete, nós temos um universo de 43% credenciados, o que corresponde a três Jardins de Praça credenciados e autorizados e quatro Jardins de Praça não credenciados. Em relação às Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs –, nós temos quatro instituições de Educação Infantil do Município autorizadas, e 30 instituições não autorizadas. Em relação às instituições privadas, nós partimos do universo juntando, como instituições privadas, as creches conveniadas e as instituições privadas: 28% são credenciadas e autorizadas, o que corresponde a um universo de 159 instituições, e 405 instituições não credenciadas. Dentro das instituições conveniadas, que são 200, nós temos 130 credenciadas e autorizadas, o que corresponde a 65% das instituições, e 70 não credenciadas, o que corresponde a 35% desse universo.

Um comparativo do sistema. Nós pegamos o universo de 606 instituições, que é a soma de todas elas, e colocamos o seguinte: 29 privadas autorizadas, o que corresponde a 5%; 130 creches conveniadas, o que corresponde a 21% das creches credenciadas do sistema; e, das públicas, nós temos sete, o que corresponde a um por cento. E temos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Audiência Pública 16JUN2011

Pauta: Debater sobre os desafios pedagógicos e legais da Educação Infantil pública e privada em Porto Alegre.

73% de instituições de Educação Infantil não credenciadas, não autorizadas, ou seja, nós temos 27% de instituições, dentro do sistema, credenciadas e autorizadas.

Aqui é um comparativo do sistema em relação às instituições credenciadas e autorizadas. Do universo de 166 instituições, 78% desse universo que está credenciado são das creches conveniadas, 18% são das instituições privadas, e 4% são das instituições públicas.

Agora, o que aparece nesse gráfico? A barra mais de trás, onde aparece o número, é o total de instituições no sistema, e aí tu ficas enxergando o total de instituições, o percentual que está credenciado autorizado, e o percentual que não está credenciado autorizado. Dá para enxergar o todo em relação ao que caracteriza cada um deles. Então, nós temos, na primeira barra, as privadas, está ali o mesmo número, 29, autorizadas, e 335, não autorizadas. Ao que corresponde a informação? As conveniadas, 130; credenciadas 70; e não credenciadas. Os números se repetem, mas é para a gente visualizar um em relação ao outro, ou cada um deles, e poder ter a noção do conjunto da rede.

Esse outro – eu vou pular aquele, porque ficou a mais – é uma evolução do processo de credenciamento e autorização desde que ele inicia, em 2003. Vocês vão ter três curvas, a curva verde corresponde às instituições conveniadas que só iniciam o seu processo de credenciamento e autorização em 2009. Até 2009, não tínhamos nenhuma instituição conveniada credenciada. A curva azul é a das instituições privadas. A primeira instituição privada é a instituição Balão Azul, e, depois, vem acompanhando a curva oscilando; em alguns anos, um número maior, em outros anos, um número menor, mas a gente consegue enxergar o movimento dentro de cada uma delas. E as instituições públicas é a última lista, a bordô. A gente vai enxergando, ano a ano, inclusive, a chegada dos processos no Conselho Municipal de Educação. Nos últimos dois anos, praticamente o Conselho só acompanhou o credenciamento e a autorização de funcionamento das instituições conveniadas.

Agora, acho que o dado que mais nos preocupa, o que é que se tentou fazer? Separamos as instituições conveniadas das instituições privadas e das instituições públicas, as recomendações que constam nos pareceres do Conselho Municipal de Educação. Então, o gráfico totaliza o número de instituições – a barra marrom de cima –, ele nivela lá, então, em 130, e aí vêm as cores, dizendo o número de vezes que aparece, num parecer,

aquela recomendação. Estão somados aqui os pareceres de todas as instituições, de todas as que estão credenciadas e autorizadas. De um universo de 130 instituições conveniadas, em 116 dessas instituições, houve recomendação com relação à relação criança-adulto; em 85, aparecem orientações em relação à saúde; em 79, organização do espaço físico; em 67, adequações do espaço físico; em 64, adequações de regimento; em 38, formação e capacitação de educadores; em 35, questões em relação a certidões negativas; em 34, adequações de brinquedos e material pedagógico; em 30, problemas em relação à alvarás; e, em 11, "outros", que eram questões muito pontuais que, se fossem visualizadas em gráfico, davam quase traço, mais diminuiriam a visibilidade do quadro do que indicariam alguma outra questão. Essas são as conveniadas.

Em relação às instituições privadas, o mesmo processo. Totaliza 29 pareceres a parte de cima. Em relação a 29 instituições: 13 têm problemas de adequação física; 13, na relação adulto-criança; 10 com problemas de alvará; 8 com problemas em relação a... (Ininteligível.); 7, organização do espaço físico; 5, adequação de brinquedos e material pedagógico; 4, orientações sobre saúde; 4, registros de processos de aprendizagem, documentação do que o professor faz no cotidiano; 2, certidões negativas; 2, outros pontos.

Em relação às instituições públicas, que são sete no total: 3 têm problema na relação adulto-criança; 1, orientação de saúde; 2, organização do espaço físico; 1, adequações regimentais; 6, adequações de espaço físico; 1, formação continuada e capacitação; e 4, outras questões.

O que fizemos no gráfico seguinte? Nós somamos todas as recomendações por tipo de recomendação, para vermos qual, no sistema, é, digamos, o maior problema que deveríamos procurar observar em relação ao acompanhamento e fiscalização das instituições. A maior incidência é em relação à questão adulto-criança, são 129 recomendações em relação a 166 instituições, isso dá um total de 21% das instituições com problema na relação adulto-criança. Quatorze por cento dizem respeito a orientações de saúde, são 89 recomendações; 14% com relação à organização do espaço físico, 86 recomendações; 13% com relação a adequações de espaço físico, 80 recomendações; 10% com relação a adequações de regimento, 64 recomendações; 40 são alvarás; 38 em relação à formação e capacitação dos educadores; 39, adequação de brinquedos e material pedagógico; 37 em relação a certidões negativas; e 25, outras recomendações.

Isso aqui é para enxergarmos a situação de todas as instituições. Então, se para a diferenciação entre pública, privada e conveniada e se enxerga quais são os problemas que, de um modo em geral, a Educação Infantil de Porto Alegre apresenta.

Há 18 processos, atualmente, em andamento no Conselho Municipal de Educação. Desses processos, nós fizemos a separação dos que são relativos a instituições privadas, públicas e conveniadas. Nas instituições privadas, nós temos 5 processos de credenciamento, são novas instituições que chegam; 8 com relação à renovação de credenciamento; um deles é relativo à mudança de sede; e 3 são sobre acompanhamento de recomendação. Quando é feito o parecer de credenciamento e autorização, se faz uma recomendação, estabelecendo um prazo para que essa recomendação seja cumprida, e, a partir daí, se faz um acompanhamento em função do prazo estabelecido. Então, tem três instituições nessa situação.

Em relação aos processos de instituições públicas, 2 são sobre credenciamento e um é sobre mudança de sede. Em relação aos processos de instituições conveniadas, nós temos um processo de cessação de atividades e 2 de acompanhamento de recomendação. Nesses 2 processos de acompanhamento e recomendação, no final do ano passado, foi negado o credenciamento, e, em função da negativa de credenciamento, está sendo feito o acompanhamento por parte da SMED e do Conselho Municipal de Educação com relação às medidas, por quê? Porque, nas Resoluções do Conselho, está previsto que, caso haja a negativa de credenciamento ou a retirada desse credenciamento por um ato do Conselho Municipal de Educação, o Conselho deve comunicar ao Ministério Público essa situação, para que sejam tomadas as providências cabíveis. Então, existe a normatização que aponta essa possibilidade. O ano passado isso aconteceu em relação a duas instituições que estão nesse processo entre o acompanhamento da Secretaria e o atendimento ao que foi recomendado. Se, num determinado prazo, não acontecer o envio de um novo processo de credenciamento para o Conselho, o passo seguinte será a comunicação ao Ministério Público dessa situação, para que sejam tomadas as medidas cabíveis em relação aos responsáveis por essas instituições.

Eu fiz aqui, praticamente não altera, mas, se enxergarmos esses processos que estão no Conselho, se eles forem somados ao total de Pareceres, se agora, no mês de maio, conseguíssemos dar conta de todos os processos que estão lá, quais seriam... Não, eu

errei, desculpe. Esse aqui é em relação ao movimento que aconteceu. Houve algumas alterações depois que os Pareceres foram exarados. Houve duas instituições privadas que encerraram as suas atividades e uma que expandiu a sua oferta da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Então, de um universo de 29 instituições, diminuiriam duas que cessaram as atividades e mais uma que alterou a sua oferta, resultando, hoje, dentro do sistema, 26 instituições privadas funcionando com Parecer de credenciamento e autorização. Em relação às instituições públicas, não houve nenhuma alteração. Em relação às instituições conveniadas, três pediram cessação de atividades, porque mudaram de ramo – saíram do ramo da Educação para a área da Assistência Social -, deixando de atender à Educação Infantil na lógica de educação, passando a ser, exclusivamente, assistência; mais aquelas duas que nós dissemos que foram negadas. Então, de 130, teríamos, hoje, 127 instituições das que foram credenciadas em funcionamento, com Parecer.

Agora que vem a atualização de dados que não alteraria significativamente. Se fossem somados os processos que temos em andamento, fazendo a atualização com aqueles dados que eu dei antes, hoje teríamos 5% de instituições públicas compondo o sistema; 19% de instituições privadas, e 76% de instituições conveniadas.

Esses são os dados que a gente traz para apresentar, para que a gente possa enxergar, principalmente naquele gráfico que mostra a evolução do andamento dos processos no Conselho, que é uma linha muito pequena em relação ao universo que temos. Hoje pela manhã, discutimos e constatamos que o ideal seria que enxergássemos o universo de 606 instituições e o quão distante estamos de chegar a esse total. São 606 instituições que compõem, que estão cadastradas junto à SMED, as escolas de Educação de Infantil e os Jardins de Praça. Esses são dados de abril, porque há uma movimentação de instituições que fecham, outras que são conveniadas, mas estamos usando a referência dos dados do mês de abril. O que é que a gente quer? A gente quer movimentar essa curva e fazer com que haja um avanço em relação aos processos de credenciamento. Como o Conselho vem discutindo isso? Acreditamos que não é o Conselho sozinho que vai conseguir fazer esse movimento, que não é a SMED sozinha e que precisamos, de algum jeito, fazer um processo que envolva a sociedade que nós fazemos parte – nós somos sociedade. Nós estamos em determinados lugares, mas todos nós compomos essa sociedade da cidade de Porto Alegre.

A primeira idéia que nos surge é de que nós temos que tensionar e publicizar determinadas coisas. Existe dentro do Portal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre o Portal da Transparência. Existe legislação que diz que os dados devem ser disponibilizados, e isso é um dado público. As pessoas que procuram a educação infantil têm que encontrar em algum lugar a informação de quais as instituições que existem no sistema municipal de Porto Alegre, e qual é a situação dessas instituições. *O.k.*, nós temos 606 instituições cadastradas, mas o cadastramento é o que diz: sim, eu existo. E a Resolução que fala do cadastramento diz: existe e tem que iniciar o seu processo de credenciamento e autorização de funcionamento. O que nós pensamos? Que nós, sim, podemos usar esse Portal de Transparência, disponibilizar a listagem de todas as instituições cadastradas e lá informar que ela está cadastrada, se ela está credenciada, e que qualquer pessoa, em qualquer parte da cidade, em qualquer computador, que não precisa ser o da sua casa, em qualquer *lan house* ou mesmo nos centros que existem espalhados pelos bairros da cidade e no próprio Centro da cidade, possa acessar esta informação e saber, quando forem matricular os seus filhos, quando forem procurar uma instituição, qual é a situação dessa instituição. O que significa ser credenciado, estar autorizado? Significa que passou, sim, por um processo, dizendo das condições da oferta desse serviço, que é uma concessão que o Poder Público faz. O Poder Público não tem condições, sozinho, de dar conta dessa situação. Então, o que ele faz? Ele concede, ele autoriza que alguém faça isso junto com ele. Só que cabe a fiscalização. E o Conselho Municipal de Educação trabalha nesta perspectiva, de que o nosso papel, enquanto Conselho Municipal de Educação, é tensionar para que aquela legislação que existe em relação à educação infantil seja, de fato, cumprida. Em 2001, que foi o meu primeiro ano como Conselheira, estava se iniciando o processo de implantação das creches da 003 no sistema. O que se dizia na época? Que a 003 era muito exigente e que, com aquelas exigências, as instituições iam fechar, que não iam conseguir dar conta. Era esse o discurso. Quem estava lá – eu estava lá, algumas pessoas que estão aqui na plenária eu reconheço daquele momento, daquela discussão – sabe que a perspectiva era essa: que a 003 era muito exigente. E a Universidade dizia que não, criticava. O que a gente tem entre 2001 e 2011? Nós temos novas legislações tanto em nível de Conselho Nacional de Educação, quanto no próprio Ministério da Educação, dizendo que a oferta da educação infantil deve ser de uma outra forma, porque a 003 já está defasada em relação a isso.

Logo, o Conselho Municipal de Educação também tem que passar por um processo de discussão em relação à sua norma. Isso vem sendo dito dentro do Conselho há bastante tempo.

Ora, a gente olha esse gráfico e enxerga que quase não se move. E aí a gente está dizendo que precisa alterar a 003. Este é o momento para a gente discutir uma saída. Precisa ser alterada a Resolução, mas nós precisamos fazer um movimento para que, de fato, aconteça o processo de credenciamento. Existe previsão, dentro da própria Resolução, da classificação provisória, mas ninguém vai dizer que, se tu tens isso, tu tens a classificação, como as estrelas dos hotéis, cinco, quatro, três ou dois! Não, quando o Conselho faz uma recomendação, ele está classificando provisoriamente aquela instituição, e é isso que as entidades precisam atender: elas precisam se submeter a isso, até para que elas saibam no que elas precisam se adequar ao sistema.

É com esse discurso que o Conselho Municipal de Educação está vindo para fazer esta audiência, hoje. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Regina nos deu um bom panorama do tamanho do desafio. Eu fiz uma consulta aqui na Mesa de ouvirmos o Sinpro/RS, para trazer as perspectivas do Sindicato. Muito bem, vamos escutar o Celso.

O Sr. Celso Stefanoski está com a palavra.

O SR. CELSO STEFANOSKI: Boa-noite a todos os componentes da Mesa, boa-noite às pessoas do plenário. Eu gostaria, primeiro, de apresentar o Sinpro. O Sindicato dos Professores representa os professores desde a Educação Infantil até o Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Sul. Contamos com a presença do colega João Luiz, que também é do Conselho Municipal e também é do Sinpro, que acompanha, juntamente comigo, a etapa mais relacionada à Educação Infantil. Só para situar, a Presidente da Câmara, ao fazer a apresentação, disse que eu estou representando o Conselho Estadual de Educação. Eu preciso fazer uma referência: o Conselho Estadual de Educação tem também a Comissão Especial de Educação Infantil. Embora muitos Municípios tenham o seu sistema próprio, alguns ainda não, então, nesses Municípios onde não tem o sistema, os pareceres exarados são do Conselho Estadual de Educação.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Audiência Pública 16JUN2011

Pauta: Debater sobre os desafios pedagógicos e legais da Educação Infantil pública e privada em Porto Alegre.

Agora, eu acho que, depois da exposição da Presidente do Conselho Municipal de Educação, com dados bem precisos e comparativos, que nos demonstram a situação delicada e difícil em que se encontra a Educação Infantil em Porto Alegre e, eu diria, no Estado do Rio Grande do Sul – a gente também tem esses elementos, acompanha as escolas, principalmente as escolas de Educação Infantil privadas, e também, a partir do Conselho, tem conhecimento, informações sobre as Escolas de Educação Infantil públicas do Estado -, eu diria, primeiramente, que esses dados que foram apresentados, no que se refere a escolas de Educação Infantil privadas, não conferem. O nosso cadastro, do Sinpro, eu diria que não é tão preciso, porque as escolas abrem e fecham, é difícil de acompanhar, mas, por ele, nós temos 532 escolas cadastradas, só as privadas, não incluindo as conveniadas – seriam mais 200 conveniadas. Então, só das privadas, teria uma diferença de 168 escolas, pelo teu dado apresentado. Acrescentando as escolas conveniadas, em vez de 532 escolas, nós teríamos 732 escolas em Porto Alegre. Isso, falando de Porto Alegre. O que nós gostaríamos de frisar, neste momento da Audiência, é que o Sinpro, desde 2003, já firma convenção coletiva de trabalho com o Sindicreches, que está representado aqui na Mesa e tem outros representantes no plenário, e, a partir daí, se discute as condições de trabalho dos professores das Escolas de Educação Infantil. Queremos registrar que essa relação de reconhecimento dos professores evoluiu bastante, mas ainda deixa muito a desejar. A gente sabe que muitas escolas ainda não contratam professores, e as crianças são acompanhadas por pessoas que não têm habilitação. Existe legislação! Nós temos a LDB desde 1996, que já traz a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, ela referenda isso. E em todo esse período, até então, não se têm professores para cada grupo de crianças, conforme as legislações, os pareceres dos Conselhos. Isso acontece nas públicas e nas privadas, por incrível que pareça; e, em Porto Alegre, também nas conveniadas nós sabemos da dificuldade de ter professores para acompanhar essas crianças.

Então, a grande preocupação, a grande demanda, eu diria que é um bom atendimento, e o bom atendimento se dá, claro, com as condições físicas, mas também, ou principalmente, com os profissionais capacitados, com os profissionais habilitados, com um projeto político-pedagógico que vai ser discutido a partir da formação dos professores. Então, me parece que realmente é um desafio muito grande. E o Sinpro tem feito – a Presidente da Câmara me lembrou aqui – algumas campanhas. Acho importante que a

Câmara esteja chamando esta Audiência, e nós participamos de uma outra Audiência Pública – e o Conselho Municipal também – da Assembleia Legislativa. Então, me parece que é um momento fértil, onde se traz à tona essa problemática para mobilizar a sociedade, para que essas crianças, de zero a cinco anos, realmente tenham uma escola, que essa escola seja reconhecida como tal. E tem que mudar um pouco a cultura, para isso, como eu estava comentando, o Sinpro tem feito algumas campanhas tanto nos seus materiais para a categoria, como o Jornal Extra Classe, a própria Revista Textual, também em debates pelo Estado, com o Conversa de Professor, cujo tema neste ano é Educação Infantil, e a gente tem realizado esses eventos em vários lugares, como também na própria Rádio Gaúcha, nós estamos chamando atenção dos pais para que, ao matricular seus filhos, possam verificar se aquela escola tem professores, se as condições são adequadas.

Eu acredito que nós temos que somar esses esforços para que se possa realmente evoluir, porque legislação tem, e muitas, inclusive, começando com a LDB e depois todos os pareceres, seja em nível nacional, estadual ou municipal. Agora, existe realmente a necessidade da conscientização da comunidade, do Poder Público Municipal, que tem responsabilidade hoje sobre a Educação Infantil, digamos assim, e também das mantenedoras privadas que ainda não estão reconhecendo ou não estão se adequando à legislação vigente. Então, existem realmente alguns eixos que nós precisamos combater. Seria isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Celso. A Edna Paula de Paula, do Sindicreches, está com a palavra.

A SRA. EDNA PAULA DE PAULA: Boa-noite a todos. É bem importante ver esses dados, porque a gente consegue ter uma ideia, mesmo que seus números não estejam exatos, como o Celso trouxe, que ainda faltam escolas. Na verdade, essa é uma dificuldade que o Sindicato também tem, em saber quantas escolas existem realmente em Porto Alegre. Hoje, a gente não tem o cadastro, nem no Sinpro, nem no Sindicreches, nem no Sereei. Ninguém consegue ter o cadastro exato das escolas existentes.

Eu fiquei pensando algumas coisas. Em primeiro lugar, eu pensei na história, na trajetória da Escola de Educação Infantil. Ela vem de uma história de creche. Ela estava muito

relacionada a um espaço para que as famílias pudessem deixar seus filhos aos cuidados de algum profissional, seja qual for a sua formação, desde que fosse afetivo – as tias! -, para que pudessem trabalhar. Hoje, a gente vê uma evolução nessa trajetória; a gente vê as famílias e os próprios profissionais buscando qualificação, e as famílias querendo pessoas que entendam de educação para estar com seus filhos. E nós, do Sindicato, acreditamos totalmente nisso, por isso formamos uma parceria junto ao Sinpro, para qualificar as nossas escolas, para atender, para ficar dentro da legislação, contratando professores e batalhando, claro, para ver a realidade de cada escola. Porque a gente sabe que em Porto Alegre existem bairros com poder aquisitivo maior e bairros com poder aquisitivo menor. Portanto, sempre há um conflito no salário final do professor, não é? Mas a gente tem avançado e tem conseguido trazer muitas escolas para a regularidade, e isso é bem importante!

Outra coisa que eu fiquei pensando é que são muitas as escolas privadas que não estão legalizadas – entre aspas –, que não estão com o seu cadastro, com o seu alvará definitivo, e o quanto é distante essa falta de documentação, de legislação da sua qualidade. Eu participo do Sindicato e de uma rede de escolas infantis, conheço muitas escolas e muitas proprietárias de escolas. Há muitas escolas com muita qualidade no atendimento, qualquer um de nós deixaria os filhos, escolas que atendem bem e estão comportando vários itens do que se acredita para um atendimento adequado, mas não têm o alvará definitivo. Então, quando tu falaste “ah, vamos botar no cadastro”, eu acho importante botar no *site*, mas também acho importante pensarmos por que essas escolas com qualidade – e estou falando das que têm qualidade, que são várias – não conseguem essa documentação! O que está acontecendo? Há muitas escolas que entram com o processo para o alvará antes mesmo de a escola abrir, e, para receber a resposta, leva quatro, cinco anos. Eu mesma levei cinco anos para receber a resposta da EPTC sobre a minha escola! E foi uma resposta positiva! Mas ela levou cinco anos para ser dada! Então, é importante a gente saber, quando os processos chegam à SMOV, quanto tempo eles levam para sair de lá? Inicialmente, olhando todos esses dados, se eu fosse leiga e não vivenciasse essa realidade, eu ia pensar “puxa, há tantas escolas ilegais, elas não têm condições de estar abertas”. Mas não é, de fato, isso! Algumas, sim, claro; mas outras, não! Então, eu acho que tem um abismo entre todas essas Secretarias que estão envolvidas nesse processo, porque são muitas Secretarias envolvidas: a Saúde, a

Educação, Bombeiros, SMAM, EPTC, SMOV, enfim, uma série de Secretarias. Acho que deveria ter um atendimento mais ágil, mais próximo, com visitas – teríamos que parar e pensar. Acho importante mudarmos esse quadro. O Sindicato batalha para isso do jeito que ele pode, mas quando entram outras Secretarias, realmente, a gente fica muito pequenininha. E é bem difícil. Então, é um abismo, e a gente precisa olhar para ele e tentar achar formas para tentar agilizar e resolver, porque, normalmente, as pessoas que trabalham com educação, acreditam na educação; ninguém vai querer estar à margem, todos querem estar regularizados, trabalhando com a sua cabeça tranquila, fazendo o melhor de si.

A minha contribuição seria a gente poder dar uma olhada, não sei se criar espaço dentro dessas Secretarias que atendam à Educação Infantil, porque ela não pode estar junto com quem quer colocar uma DM para construir – eu não entendo nada desse setor de engenharia -, mas tem que ter outro olhar, porque são crianças, elas estão esperando, e até porque os dados mostram que temos muito mais escolas privadas do que do Município! Então, na verdade, quem está dando conta dessa demanda, dessa necessidade social são as instituições privadas; o Município, o Estado estão falhando em relação a isso, e nós estamos dando conta. E nós precisamos que vocês nos ajudem para que possamos caminhar com a cabeça erguida, para que possamos trabalhar tranquilamente, para que possamos deitar com a cabeça no travesseiro e saber que estamos fazendo realmente a coisa certa. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Que bom, cada um tem um ponto de vista!

A SRA. REGINA MARIA DUARTE SCHERER: Eu queria comentar. Realmente, Celso, eu tenho que me desculpar, porque o João Luís me passou os dados com relação aos números que o Sinpro tem. O Conselho tem esses dados e a nossa preocupação foi justamente... A pressa, às vezes, de falar algumas coisas, faz a gente acabar esquecendo outras.

Existem dados divergentes, até onde sei, informalmente, dentro da própria Secretaria. Por exemplo, tem os dados do censo, que são as instituições privadas que têm que informar; tem os dados do cadastramento junto à SMED e tem os dados do Sinpro. Só entre esses já tem divergências, sendo que dois são do mesmo lugar. Quando eu falo da questão do

cadastro, de tentar mapear, é até para localizar isso. Nós fizemos uma proposição, foi correspondência tanto para a Secretaria Municipal de Educação como para o Sinpro, por *e-mail*, em que pedíamos a disponibilização, por meio eletrônico, dos endereços, porque hoje a computação nos ajuda para essas coisas, é bem mais rápido. Tu juntas esses dados todos, selecionando-os por endereço, e tu localizas se tem repetição de uma mesma instituição, porque elas mudam de nome. Então, às vezes, tu tens, num mesmo banco de dados, um mesmo endereço, mais de uma vez, com nomes diferentes. E só pode funcionar uma coisa, uma instituição naquele lugar. Então, essa talvez seja uma forma de juntar as informações que o Sinpro tem, que a SMED tem, para cruzarmos essas informações e começarmos a tentar mapear qual é o número de instituições que existem de fato e sabermos com quais dados vamos trabalhar.

Eu concordo com o que tu colocaste. Eu acho, agora falando com a Edna, que isso aqui é um olhar, se tu pegares a informação que o Conselho tem. Se o Conselho ficar olhando só para a informação que ele tem, é aquele panorama que ele vai enxergar. Mas o Conselho sabe que aquele ali não é o dado real, aquele é o dado com a informação que nós temos. Ao trazê-los para cá, a gente sabe que tem informação divergente, a gente sabe que precisa conversar e dialogar. Isso que falaste em relação ao abismo entre as Secretarias, na primeira audiência que teve na Câmara, na Comissão de Educação, eu comentei a respeito disso. Eu disse que eu acho impossível se fazer educação com diálogo só com a SMED, porque quem dá o alvará é a SMIC, quem dá o do prédio é a SMOV, quem dá é a Saúde; no mínimo, olhem quantas Secretarias nós temos envolvidas! Realmente, se elas não dialogarem e tentarem chegar a um consenso em relação a isso... E quando digo consenso é em relação ao trâmite, a forma como isso vai andar. Eu não estou dizendo que esta precisa ser mais generosa, mais flexível, não é isso; é de que jeito tu consegues fazer com que essas coisas tenham um certo ritmo, que andem mais ou menos iguais. O Conselho vem há bastante tempo dizendo isso, já fez movimentos, eu lembro que já houve visitas – não é, Sandra? – na época que vocês estavam na direção da SMOV, tentando agilizar algumas coisas; já teve em direções anteriores com relação à Saúde, que se tinha meio que um fluxo para o andamento. Então já houve movimentos. Algumas Secretarias são mais sensíveis e se dispõem mais, outras são mais resistentes. Aí cabe a nós, nesse momento, tencionar para que a Administração da Cidade, de algum jeito, puxe para si e comece a tencionar formas para que essas Secretarias consigam

dialogar. Não adianta a vontade de uma e as outras três resistirem a esse processo. E isso é lamentável!

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Vamos lá, identificando o problema e registrando as propostas.

A Sra. Elaine Timmen, do Fórum de Educação Infantil, está com a palavra.

A SRA. ELAINE TIMMEN: Boa-noite a todos. Pena que estamos com tão poucas instituições aqui, creches conveniadas ou não. Como é importante este momento de trazer a nós essas informações! O Fórum até solicita essas informações, e nós estamos precisando demais que nos encaminhem, por favor, em função de que tudo que vocês estão falando, nós estamos sentindo e vivenciando. Como instituições conveniadas, nós temos uma caminhada com muito mais qualidade, com certeza, porque nós tivemos que aprender a fazer a Educação Infantil. Quando a Resolução nº 03 estava sendo estudada, nós estávamos juntos discutindo e trazendo a realidade das nossas instituições. Então a gente conseguiu, sim, caminhar e avançar. Hoje, o quadro mostra quem em Porto Alegre está credenciado a trabalhar com crianças: são as conveniadas. Eu até, comentando com o Atílio e com a Verônica, perguntei o que a Prefeitura estava nos cobrando, se nem eles que tem a fatiazinha desse tamanho estão credenciados? É ruim, hein? Então, esses dados vão contribuir muito para nossa condição de caminhar no sentido de todas as 200 conveniadas chegarem lá.

Quando vocês falaram da necessidade dessa flexibilização das Secretarias: sim, já fizemos parte de comissões de intersecretarias, onde o Conselho de Educação, o Conselho da Criança e do Adolescente, o Fórum e as Secretarias faziam visitas. Nós fizemos visitas a todas as conveniadas, nós conseguimos avançar justamente por ter conseguido esse grupo. Então, eu não vejo dificuldade nenhuma em as demais instituições, as privadas, conseguirem também essa flexibilização. Não é não cumprir a lei, é olhar como está sendo feito, e determinadas coisas podem se ajustar com o tempo. Portanto, é possível, sim, é só uma questão de encaminhar junto ao nosso Poder Público. Também quero dizer que, hoje, as nossas instituições conveniadas estão caminhando para uma perfeição no sentido de que hoje os nossos funcionários, a grande maioria, já têm magistério, e já tem um naco que está indo fazer a faculdade de Pedagogia, estão

cursando Pedagogia; apesar de serem assalariados – nós pagamos salário mínimo, um tantinho a mais -, estão caminhando, estão se profissionalizando, com dificuldade, porque as instituições não conseguem pagar o que elas merecem. Mas, em termos de qualidade, como é bom olhar um quadro desses que o Conselho trouxe para a gente.

Parabéns ao Conselho por ter nos fornecido essas informações, que são excelentes. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Sra. Gisela Nassif Azem, Coordenadora da Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, está com a palavra.

A SRA. GISELA NASSIF AZEM: Boa-noite a todos; boa-noite, Ver.^a Sofia; nos sentimos muito honrados pelo convite de aqui estar representando a Secretária neste momento; boa-noite aos demais componentes da Mesa, em especial à nossa Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Nelcinda Aguirre. Boa-noite, colega Regina Scherer, atualmente na Presidência do Conselho Municipal de Educação; Edna de Paula, representante do Sindicreches; Professor Celso Stefanoski, representante do Conselho Estadual de Educação e representante do Sinpro/RS; e a nossa colega da Secretaria Estadual de Educação, Adriana de Souza Costa Miranda; boa-noite, público presente, colegas, professores, dirigentes de instituições de Educação Infantil conveniadas, representantes de EMEIs – localizo o Glauco, da EMEI Valneri Antunes -, representantes das instituições de Educação Infantil privada com fins lucrativos.

É uma satisfação estarmos aqui neste momento, tendo oportunidade de dialogar – o diálogo é fundamental na Educação. Eu, como professora que sou, com uma caminhada na Educação – professora aposentada da Rede Estadual de Ensino; membro também do Conselho Estadual de Educação por um período, desempenhei atividades na assessoria técnica do Conselho Estadual de Educação por seis anos; depois, concursada desta Rede Municipal de Ensino, da qual muito me honra fazer parte; e, atualmente, na Coordenação da Educação Infantil da Cidade de Porto Alegre -, como já havia dito, acho louvável os dados que o Conselho Municipal de Educação traz neste momento. Na verdade, esses são dados que refletem a situação da Educação Infantil na cidade de Porto Alegre. Sabemos da grande demanda que existe na Cidade. Não é

desconhecimento também que a rede conveniada abarca uma grande fatia das crianças localizadas especialmente nas regiões mais distantes da Cidade e que também as EMEIs, como foi referido pela Professora Regina, em número de 37, que atendem em regime integral e sete jardins de praça com atendimento em um turno, procuram oferecer o que de mais precioso nós devemos, como professores e militantes da educação, oferecer e buscar, que é a qualidade do atendimento às crianças. Sem dúvida alguma, é o que pauta o nosso trabalho, de todos que aqui se encontram nesta noite, discutindo especialmente a Educação Infantil.

Sempre refiro que Educação Infantil ainda é uma criança. Se nós pensarmos em termos de legislação, a Educação Infantil e a criança, especialmente na faixa etária de zero a cinco anos e onze meses hoje, anteriormente, até seis anos, passou a se constituir sujeito de direitos a partir da Constituição de 1988. Se nós fizermos essa retrospectiva histórica, veremos que o Município vem envidando esforços, e não é desta Administração: a Professora Sofia, como Secretária Municipal de Educação que foi, muito gerenciou a questão da oferta da Educação Infantil na Cidade.

Encontro aqui também a colega Maria Otília, com muito prazer a revejo.

Gostaria de dizer que, especialmente, a SMED vem buscando o credenciamento de suas instituições, sejam elas da rede conveniada, da rede própria, da rede privada com fins lucrativos. Existe um setor específico para dar conta da demanda da rede particular, que é o Setor de Regularização dos Estabelecimentos de Educação Infantil, representado neste momento pela sua Coordenadora, Prof^a Daniela Molossi, as colegas Carla, Maria Eunice e Sandra, a quem eu saúdo também como ex-Presidente do Conselho Municipal de Educação. Nós sabemos dos esforços que são empreendidos no sentido de que essas instituições busquem o credenciamento.

Agora, eu gostaria de fazer um recorte em relação às conveniadas, movimento que, pelo menos, eu, a partir de professora dessa rede e anteriormente como Coordenadora Adjunta da Educação Infantil, até 2008, 2009, muito participamos de discussões quando da Lei do Fundeb – não é, Nelcinda? –, buscando o credenciamento das instituições conveniadas, porque sabíamos da importância que esse credenciamento representava para o Município, para os Municípios de maneira geral. Muitas reuniões fizemos em 2007, com a presidente, à época, Prof.^a Rosa Mosna, longas reuniões em que debatíamos de que forma poderíamos encaminhar o credenciamento das instituições conveniadas na

busca, com certeza, do credenciamento, porque uma pessoa como eu, professora, que tenho essa trajetória de respeito à legislação educacional, sei da importância que tem o ato de credenciamento. E, dessa forma, estamos caminhando lado a lado, neste momento, a seu convite também, constituindo um grupo de trabalho onde esses dados hoje apresentados, também foram construídos coletivamente. Temos uma representação da Secretaria Municipal de Educação nesse Grupo de Trabalho. Essa proposta é recente. Eu acho que houve até o momento dois encontros – não é, Regina? –, se não me engano, ou três. Dois encontros. E o foco desses dois encontros, até o momento, foi exatamente mapear esses dados para que o Conselho pudesse ter esse panorama.

Voltando ao credenciamento das conveniadas, houve, sim, esse movimento forte para credenciamento, e chegamos a contento – Conselho, instituições conveniadas, Secretaria Municipal da Educação –, somando esforços, especialmente na gestão da professora Cleci, a partir de 2009, para o envio desses processos ao Conselho Municipal da Educação. Muito se discutia: como devem ir, de que forma? Existe uma legislação, a 005/2002, que normatiza o credenciamento e a autorização das instituições pertencentes ao sistema, e nós fomos procurando buscar essas adequações. Houve, então, o credenciamento de 38 instituições em 2009 e 92 instituições em 2010. Realmente, é um avanço; podemos considerar que foi com a soma de esforços que chegamos a esse número.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Deixa eu só aproveitar, já que temos poucos inscritos: poderia dizer quais foram os elementos que ajudaram essa aceleração? Quais foram os instrumentos alcançados lá nas creches comunitárias, ou construídos com elas, que facilitaram?

A SRA. GISELA NASSIF AZEM: A conjugação de esforços. Eu diria que houve, sim, um movimento da Secretária Cleci na busca da documentação, e especialmente da própria Secretaria Municipal da Educação, a disponibilidade. Porque o Parecer é claro, no momento em que possibilita a ida ao Conselho de croqui e não de planta. Então, nessa soma de esforços foram feitos os croquis das conveniadas, algumas já tinham plantas, outras não tinham, enfim. A questão do alvará da SMIC também, porque há duas possibilidades de alvará: o Alvará Provisório e o Definitivo. Também houve reuniões com

a SMIC neste sentido. Enfim, foi um movimento conjunto. E, claro, cabe ressaltar, especialmente, porque nós trabalhamos com a educação, então, com certeza assegurar as condições de espaço físico é muito importante. Mas também é muito importante a constituição da ação pedagógica e a formação desses profissionais. E nesse processo, caminhamos juntos – não é mesmo, Nelcinda? –, na orientação da construção de seus PPPs, dos seus regimentos, do projeto de formação continuada... Muitas formações, muitos encontros, muitas idas e vindas desses documentos, por meio das coordenadoras pedagógicas, que iam até a Secretaria; fazíamos ajustes atendendo às normas do Conselho, revíamos, a instituição se reorganizava.

Eu quero, com isto, Sofia, dizer que foi um processo longo. Mas especialmente no que se refere aos documentos pedagógicos, que eu acho que é o foco de toda a ação da escola, como bem lembrou a Elaine, o que nós buscamos? Buscamos a qualidade do atendimento. Como se dá essa qualidade? Especialmente através de um projeto político-pedagógico consistente, de um Regimento Escolar que embase essa proposta, e de um corpo de profissionais que dê conta da proposta da instituição e que, além de conhecê-la, execute essa proposta.

Com relação às instituições privadas, eu gostaria de salientar, Vereadora, que dados levantados, tendo como referência os anos de 2001 a 2011, em termos de atendimento na SMED, foi significativo o atendimento às instituições, sejam elas conveniadas ou estritamente privadas. De 2001 não temos referência, mas os dados constantes do CIEM que me foram alcançados hoje, datados de 15/6 – a Daniela gentilmente nos ofereceu para esta reunião -, em 2002, houve, lá no Sereei, 45 atendimentos.

Eu gostaria de trazer os dados de 2008, 2009 e 2010. Então, pulou de 45 atendimentos no Sereei, para 2.029 em 2008. Em 2009, 2.352 atendimentos; e em 2010, 3.715 privadas comunitárias e privadas com fins lucrativos. Até o momento, o dado parcial de 2011 é de 537 atendimentos.

Da mesma forma com relação às visitas *in loco*: em 2001 tivemos, pelo Sereei, cinco visitas às instituições de educação infantil; sem falar nos anos anteriores, em 2008, 278 visitas na instituição; em 2009, 179; e em 2010, 169 visitas.

Então, eu demonstro, com isso, que tanto por parte das instituições como por parte da Secretaria, há, sim, um interesse no credenciamento.

Quanto às EMEIs, e também para quem já buscou o credenciamento de 130 instituições conveniadas, nós devemos dizer, sim, que temos três jardins de praça e quatro EMEIS. É um dado insignificativo – não é insignificante –, mas nós estamos trabalhando para que em breve estejam no Conselho os processos. Não sei se já chegou algum lá, Regina? Já tem dois processos para análise? Já tem dois processos de EMEIs, Monique? Girafinha e Vale Verde. E em breve o Conselho vai receber, sim; com a mesma bravura com que trabalhamos para o credenciamento das conveniadas, pretendemos trabalhar para o credenciamento da rede própria.

É esta a colocação que eu gostaria de fazer. E também gostaria de dizer que a Secretaria está sensível, disposta, aberta, pronta e receptiva para que continuemos caminhando juntos – Conselho, Câmara e demais segmentos – nessa luta que é nossa, da Educação Infantil, da qualidade do atendimento às crianças. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Gisela.

A Sra. Jussara Cabeda, do Centro Comunitário Jardim Renascença, está com a palavra.

A SRA. JUSSARA CABEDA: Eu sou professora estadual aposentada, com vinte horas, então a gente reconhece a necessidade da Educação – e eu sou apaixonada pela Educação, principalmente pela Educação Infantil –, só que nós temos um sério problema: para mim, o credenciamento no Conselho Municipal significa qualificação. Para a gente se credenciar no Conselho, temos que cumprir uma série de exigências. E eu quero dizer que há três anos sou Presidente do Centro Comunitário e não consegui me credenciar por vários motivos, mas o principal, que não foi dito aqui, é a questão econômica. Quando a gente mora numa vila, onde todas as pessoas são pobres, a mensalidade máxima que nós cobramos lá é de R\$ 50,00 – é diferente das particulares –, então a gente não tem como qualificar a questão da infraestrutura sem ajuda. Nós temos o Funcriança, mas por meio do Funcriança entram oito ou seis mil, uma vez por ano. Há três anos eu busco, e penso que agora eu qualifiquei a estrutura física da creche; antes não deu. E aí a Prefeitura não nos ajuda nesse ponto. E eu quero elogiar que a Secretaria Municipal nos ajuda muito na questão da qualificação do profissional. É excelente o trabalho que eles fazem. Inclusive, em relação aos dirigentes, eles fazem cursos de dirigentes – agora está para sair um curso de dirigentes.

Agora, com relação à questão econômica, gente, eu vou dizer que eu considero perversa – dá para usar essa palavra sem nenhuma vergonha. Porque, na realidade, não são só 200, são 206 creches para 34 creches municipais. As nossas crianças custam, para a Prefeitura, três vezes menos do que as crianças das escolas municipais. E a história é dureza: a gente negocia, negocia, negocia... Este ano, os nossos funcionários tiveram um aumento de 8%, e a Prefeitura repassou 6,3%, durante dois meses – pois já tínhamos que pagar os 8%. O que aconteceu? Nesse mês, eu tive que usar R\$ 700,00 a mais para pagar a folha de pagamento e os encargos trabalhistas. E, diga-se de passagem: as escolas municipais não arcam com encargos trabalhistas; nós temos que arcar! Então, se pagamos mil reais para um funcionário, temos que pagar 400 reais de encargos trabalhistas. Gente, isso é de exaurir qualquer entidade. Daí sugerem: “Ah, façam parcerias!” Vocês acham que alguém faz parceria para pagar a nossa conta de telefone todos os meses, para pagar a nossa conta de água, todos os meses? A Prefeitura nos dá o convênio, repassa um tanto por mês e nos cobra a conta de água! O que é um absurdo! Então, temos, neste momento, o Fórum negociando, e é uma boa negociação. Inclusive, eles querem que sejamos dispensados do pagamento dos impostos municipais.

Analise: como a gente vai continuar trabalhando? O que a gente deveria fazer, aqui em Porto Alegre, se todo mundo tivesse coragem, era fechar as 206 creches municipais. O que aconteceria? O caos na Cidade.

Aí eu quero dizer – o Celso falou – que a gente pode procurar qualidade... Os pais não procuram qualidade, gente. A qualidade somos nós que queremos fazer. Os pais querem um lugar para deixar os filhos para irem trabalhar. E eles têm razão. E numa vila normalmente tem uma creche, tem filas de espera... A gente tem lista de espera de 60, 70 crianças. Nós atendemos 50 crianças e temos uma lista de espera de 60 crianças. Então, esses pais não buscam qualidade; eles buscam um lugar para deixar a criança. E nem conseguem entender; a gente tem que fazer a educação da criança e a educação dos pais.

Outro dia tínhamos uma reunião, a nossa creche está fazendo reuniões com os pais para conscientizá-los, para eles analisarem como se faz a educação, e um pai chegou lá e disse: “Eu não vou ficar! Por que é que eu vou ter que ficar?” E eu disse: “Diz uma coisa: o teu filho é uma mercadoria que tu deixas aqui de manhã e pegas de tarde, e não queres

saber o que está acontecendo com ele?” Esse pai está de mal comigo até hoje, gente. Não tem importância. É no choque que a gente vai fazendo as diferenças.

Então, eu quero dizer, por exemplo, que para a nossa creche nós não tivemos, até hoje, os R\$ 800,00 para pagar para os Bombeiros. Para tirar o alvará da SMIC foram R\$ 70,00 – isso é mais do que o valor pago por uma criança. Cada processo que a gente entra para buscar um papel na Prefeitura a gente tem que pagar! Então, não é brincadeira! E aí, o que faz a Prefeitura neste momento? Concordou em dar os 8%, ficou dois meses pagando 6,3%, só paga o retroativo de um mês – a diferença de um mês –, e 8% não é suficiente, gente! O que a Prefeitura passa dá apenas para pagar os funcionários; no máximo, dá para comprar um pouquinho do material pedagógico.

E pior são as entidades que têm o SASE junto. No SASE, pelo mesmo número de crianças, a FASC nos repassa 2 mil a menos. Sem contar que as crianças comem duas vezes mais e precisam de mais atendimento, precisam de mais material pedagógico. Então, dá para chamar o sistema da relação da Prefeitura de perverso; não da SMED conosco, porque a SMED não faz. Mas dá para chamar de perversa a relação do centro do Governo conosco; eles acham que está muito bom.

Um dia, o Busatto foi ao Fórum e apresentou toda a evolução do aumento dos atendimentos das creches, quanto por cento tinha havido de aumento de um ano para outro, patati, patatá. Eu fiz uma única pergunta para ele: e a comparação com o que custa uma criança nas escolas infantis do Município? Ele não fez. Suponho que a Gisela não vá nos contar, hoje, quanto custa uma criança nas escolas infantis do Município...

Então, a gente está nessa luta e não vamos parar de lutar. Eu acho que a gente tem que tornar isso público, porque penso que nem os funcionários da SMED sabem o que a gente passa.

Então, o que faz? Vai buscar recursos com as entidades privadas! Gente, se nós pudéssemos... Hoje, eu fiquei de plantão na creche, não pude sair porque faltou funcionário, por isso, por aquilo... A gente segura todas as barras; não dá tempo de sair para captar recursos. Se a gente tivesse mais dinheiro e pudesse pagar alguém para captar recursos, resolveria. Mas nós não temos dinheiro nem para pagar uma nutricionista – e eu sei que isso nos vai ser exigido. E aí?

Então, para nós, o credenciamento no Conselho é importantíssimo, pois vai mostrar uma preparação de qualidade nossa. Só que, infelizmente, a questão econômica não nos deixa partir para isso. Vamos fazer o quê?

Eu gostaria que a Gisela levasse esta fala para a Cleci, eu acho que eu vou mandar um e-mail para a Cleci, como tu disseste. Acho que nós temos que falar no pé de ouvido de todo mundo, porque o centro do Governo Fortunati/Busatto, principalmente Busatto, acha que a gente não precisa, acha que nós estamos muito bem. Assim como o Kevin, da FASC, acha que está tudo muito bom. E não está; nós estamos muito mal, e não querem nos ouvir! Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Jussara.

O Sr. Aventino Alfredo Agostini, que se identificou como ex-médico, ex-patologista e ex-professor, está com a palavra.

O SR. AVENTINO ALFREDO AGOSTINI: Excelentíssimos senhores componentes da Mesa, senhoras e senhores, eu não conheço protocolo e, por isso, vou partir direto para o assunto. Confesso que, hoje, talvez, seja um dos dias mais felizes da minha vida, por duas razões: primeiro, porque as crianças da escolinha estavam preocupadas com os tucanos que não tinham aparecido para comer os abacates. Felizmente, eles apareceram, anteontem, e as crianças ficaram felizes. Porque crianças e tucanos comem, atualmente, os abacates produzidos na escola.

Em segundo lugar, é um dia extremamente feliz, porque faz quinze anos – e eu sou teimoso – que eu proponho uma nova orientação infantil. E confesso que fiquei muito preocupado quando a Presidente do Conselho de Educação, Regina Scherer, começou a apresentar os dados sobre a situação educacional de Porto Alegre.

Felizmente, o Presidente do Simpa abriu uma brecha e permitiu que eu falasse. Por outro lado, eu gostaria de perguntar – para a satisfação da Prof.^a Jussara – qual é a coisa mais importante que existe para todos os homens e para todas as mulheres da superfície planetária? Presumo, na minha ingenuidade, que sejam os filhos. E eu pergunto: o que o Estado, a família ou outras instituições pagam para aquilo que de melhor a humanidade tem, que são os filhos, principalmente, até os três anos de idade?

Eu nasci em Nova Bréscia, e é um Município divisor de águas: tem águas que vão para o rio Forqueta, e águas que vão para o rio Jacarezinho. E eu me identifico com essa terra. Por quê? Porque eu contesto a validade da escola em todos os níveis, por uma razão simples: porque a história está ao meu favor. Como todas as escolas do mundo, depois de uma pedra lascada, instrumentalizaram a agressão através do conhecimento, não me surpreende que todos os povos do mundo – sumérios, egípcios, gregos, romanos, otomanos, europeus, norte-americanos e outros que se dizem desenvolvidos atualmente – matam, roubam e escravizam em todas as partes do mundo. A escola é uma coisa boa da maneira como está? Saber essas coisas todo mundo sabe, acho que ninguém ignora. Inclusive, existe o rei do Japão, o rei da Inglaterra, uma dinastia na Noruega de 200, 300 anos. Por que não se bombardeiam esses locais? Porque não tem petróleo.

Mas eu vou procurar ser objetivo e o menos cáustico possível. Ou seja, eu tive três fases na vida: uma, eu era professor, os alunos sabiam pouco. A outra, eu fui orientador, foi a fase mais feliz da minha vida, porque eu aprendi que são os jovens que fazem as perguntas inteligentes. E como está a nossa juventude hoje? Tem pátria? Alguém neste País trabalha pelo Brasil? Ou procura satisfazer as necessidades pessoais? Culpa-se a juventude. E o que nós fizemos por ela?

E, agora, quem me ensina, através das professoras, são as crianças. Por quê? Porque a criança tem um inconsciente palioencefálico ou cérebro rétil, de 3 a 5, a 4 bilhões de anos de experiência. E é por isso que as crianças com menos de três anos de idade costumam fazer perguntas que nós não sabemos responder, porque a sabedoria delas está acima de pensamento, inteligência, razão, consciência cultural, que nos orientam para vencer e, quando somos orientados para vencer, passamos todo mundo para trás. Somos obrigados a passar para trás, no Primário, no Secundário, no Superior, na vida profissional.

Porém, hoje, eu estou mais tranqüilo, ou seja, se no internato eu fiz uma greve e tive a adesão de todos os colegas; se pichei as ruas de Porto Alegre contra os estrangeiros, eu o fiz sempre de livre vontade e por ingenuidade, porque considero a ingenuidade a única virtude dos seres humanos, as outras são serviços de uma moral, que é como a lei, nem sempre é moral e nem sempre é justa.

Este lugar, hoje, deixa-me muito feliz, porque acho que podemos responder perguntas simples: de onde viemos? Do mundo físico. Quem somos? Animais mamíferos. E como

diz Jonh Craig: um animal a mais entre os animais. Eu não concordo, por uma razão simples: se qualquer animal soubesse instrumentalizar a agressão, a humanidade não teria condições de sobreviver no planeta. E nós diferimos dos animais, porque nós instrumentalizamos a agressão através do conhecimento. E essa era uma preocupação que eu tinha; hoje, não tenho mais. Por quê? Porque consultei os currículos da Medicina, da Biologia, da Psicopedagogia, da Pedagogia e de uma escola nos Estados Unidos, e nessas escolas ninguém se preocupa com as principais emergências de comportamento humano. Primeiro, nenhum filósofo renascentista, iluminista, qualquer coisa, falou que faz parte da natureza humana a filiação à prole; a afeição pela prole e semelhantes; a afeição seletiva, independente de laços familiares. E essas três emergências de comportamento nunca foram consideradas como disciplinas em qualquer uma das faculdades que consultei. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada. Eu vou propor que, agora, como há quatro inscrições da Mesa, já procuremos construir encaminhamentos.

A Sra. Nelcinda da Silva, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, está com a palavra.

A SRA. NELCINDA AGUIRRE DA SILVA: Boa-noite à Mesa; boa-noite a todos os participantes que estão aqui nesta noite. Já é o nosso quarto turno, hoje! Nem queria falar nada, mas senti a necessidade de falar a nosso respeito, a respeito das creches conveniadas, das instituições; somos creches particulares conveniadas com a SMED.

Outro dia, eu estava dizendo para o Prefeito que nós somos parceiros da Prefeitura, e eu defini, para ele, o que é ser parceiro. Parceiro é quando o outro está satisfeito. Eu satisfaço o meu parceiro, e o meu parceiro me satisfaz, isso é ser parceira. Parceria não é a Prefeitura ficar satisfeita e eu insatisfeita. Isso não é uma parceria.

Então, nós somos parceiros. A Prefeitura não é nossa parceira, porque ela não nos satisfaz. Nós, com certeza, hoje, atendemos a mais de 80% da Educação Infantil em Porto Alegre, fazemos o papel do Governo; somos muito mal remunerados, porque temos um convênio muito mal-estruturado, muito mal remunerado; o repasse é pouco mesmo; somos muito cobradas, e não temos como adequar as nossas instituições. Respondendo ao credenciamento, já somos credenciadas a 130 instituições, e não temos como

recuperar aquelas medidas que temos que cumprir, Regina – já estou te deixando bem claro, que vai passar o nosso tempo, e nós, com certeza, vamos ser representadas no Ministério Público. Que bom! Tomara que chegue esse dia de uma vez! Porque, talvez, o Ministério Público exija que a Prefeitura Municipal nos repasse recursos para adequarmos a nossa instituição a como ela deva ser, para podermos dar um atendimento de qualidade para as nossas crianças.

Só de creche, regulamentada, tenho 24 anos, fora os outros, que foram de qualquer jeito. Desde 1976, trabalho no Morro da Cruz, e muitas entidades, das nossas 400 e poucas, do nosso Fórum de Entidades e do Conselho dos Direitos da Criança, já trabalham há mais de 50 anos em Porto Alegre. E todas nós, hoje, passamos pelas mesmas dificuldades.

Não temos recurso para pagamento dos nossos funcionários, e já nem digo que são professoras, pedagogas, assistentes sociais formadas, porque não temos recursos para pagar essa nomenclatura. Nós pagamos as nossas professoras e pedagogas como auxiliares de Educação Infantil. Olhem só o desprezo pela nossa profissional! Cada mês, quando vamos pagá-las, é um sofrimento e uma vergonha que passamos ao darmos um cheque de 680 reais para uma pessoa que trabalhou 220 horas no mês! A gente sente vergonha.

E quando a Jussara falou que as nossas educadoras tiveram 8% de aumento, foi o dissídio do sindicato, ao qual pertencemos, que é o Senalba, que nos deu um dissídio de 8% para o pessoal que trabalha em estabelecimentos de Educação Infantil.

Nós não temos como pagar, então, nós fomos negociar o nosso repasse com a nossa parceira, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e ela nos deu só o IPCA, que foi de 6,3%, não levando nada em consideração, e nos dizendo que os empregados eram nossos, nós que tínhamos que pagar o que o sindicato estabeleceu. De onde vamos tirar, a Prefeitura Municipal não quer saber.

Estamos em negociação há mais de 17 reuniões, e chegamos a 8,1%, que será pago no final de julho, retroativo somente ao mês de junho, não será retroativo ao mês de abril. Vejam só!

Temos, atualmente, 200 creches conveniadas, e a Prefeitura Municipal tem 40 instituições conveniadas, espaço da Prefeitura Municipal, e só sete estão credenciadas. E nós, 130, de tanto que a gente trabalha, e de tanto que a gente se esforça. E nós, hoje, continuamos com o pires na mão, continuamos esmolando. Nós não temos o

reconhecimento do nosso trabalho. E eu não queria falar isso. Nós, quando vamos para uma reunião, já vamos entristecidos, e saímos de lá muito mais entristecidos, porque ficamos por uma hora, duas, sentados numa reunião, e saímos de lá sem nada, sem perspectiva nenhuma.

Queremos crescer, nós somos insistentes, teimosos. Eu disse para o Prefeito que nós trabalhamos, porque somos teimosos. Nós não temos condições, nós não temos alimentação; nós não temos os perecíveis; nós não temos dinheiro para qualificar o nosso espaço físico; não temos dinheiro para comprar brinquedos pedagógicos, e a SMED nos exige isso, ela não pede. Temos que deixar, todos os meses, tanto para comprar brinquedos. É mais exigente nos brinquedos que com a comida, brinquedo em primeiro lugar. A comida não precisa. Vejam vocês a nossa situação.

Hoje vou aproveitar este espaço, e vou falar tudo que temos falado, e que não dá eco, morre nas paredes, e a sociedade porto-alegrense tem que saber disso. Não é porque o nosso nome está num *site* que somos uma Educação Infantil de qualidade, porque somos credenciados. Não é isso!

Nós queremos dar às nossas creches, mesmo aquelas que não passaram pelo credenciamento, um trabalho digno, bom, e de respeito, e um trabalho pedagógico bom. Só que não conseguiram os documentos. Vejam, os bombeiros cobram 800 reais das nossas instituições para averiguarem a segurança. Dizem que não pode ter escada estreita, tem que ser de um metro e não sei quanto de largura. É tudo assim!

Nós não temos condições. Nós trabalhamos porque somos teimosos.

Outra coisa: nós não podemos cobrar, aquilo que a Jussara falou, mensalidade, nós não temos mensalidade. É uma contribuição que os pais dão espontaneamente, quando querem, e se quiserem dar. Nós somos proibidas, por Lei, de cobrar mensalidade. Não sei como vamos comprar comida, brinquedos pedagógicos e adequar as nossas instituições.

A Lei do Fundeb diz que nós, para sermos conveniadas, não podemos cobrar mensalidades. E tudo que nos é exigido, nós não temos dinheiro para comprar, não temos dinheiro para pagar!

Vejam uma creche comunitária que paga, por mês, de água, 450 reais: eu, ontem, mostrei para o Prefeito as contas de água. Faz horas que eu venho falando: onde está a taxa social que a SMED veria para nós? Recebemos, ano passado, um convênio pequeno, que foi pago este ano, com a CEEE, que foi a Criança Energia, e já morreu! Cadê o resto

desse recurso? Está lá no Cedica. Temos que buscar também. Então, assim, tudo é dificuldade para nós.

Mas nós somos teimosos. Moramos lá na vila, no Morro da Cruz, no Campo da Tuca, na Cascata, bem naquele meio da vila, onde os pais não têm dinheiro para nos pagar, eles são serventes de pedreiro, são diaristas, empregadas domésticas, serventes de limpeza, esse é o nosso público alvo. Eles não têm como nos pagar o que seria uma creche particular, 12 horas de atendimento diário, 480, 600 – a gente vai às particulares também fazer questionário para saber o preço que estão cobrando. Então é muito difícil para nós. Quando veio a Lei do Fundeb, falaram para nós lá na SMED – eu tenho uma Ata onde diz – que nós receberíamos aquele convênio que nós recebemos da Prefeitura, mais um dinheiro, o mesmo X que vinha do Fundeb para nós. Mudou a Secretária, mudou tudo: não é mais verdade, vocês não vão receber mais nada. Agora temos ouvido do Prefeito e do Secretário Busatto: quanto mais crianças forem credenciadas no CME e forem receber recursos do Fundeb, mais dinheiro – mas quando? –, que esse dinheiro que vier do Fundeb vai ser repassado para as entidades. A gente sente vontade de rir. Mas como a gente é educadora, professora, a gente fica quieta, porque é feio rir dos outros na presença dos outros. Mas eles pensam que nós somos palhaços, que nós acreditamos em tudo o que nos falam. E voltamos cada dia, das reuniões, mais entristecidos, sabendo que amanhã nós vamos ter que pegar o piresinho de novo. Nós só não estamos mais nas esquinas fazendo pedágio, porque nós já estamos além disso, mas nós continuamos pedintes, nós continuamos, ainda, pedindo, buscando um arroz em um lugar, um feijão noutra, um leite em pó no outro. Então, a nossa dificuldade é muito grande. Isso é que nós temos que mostrar no *site*, é isso que tem que ir para o *site*, não que nós somos credenciados do CME ou que já passamos não sei de onde. Quando nós tivermos isso e não precisarmos mais andar de pires na mão, aí, sim, nós crescemos, aí nós estaremos com a educação infantil de qualidade, porque nós não vamos precisar perguntar: podemos comprar guisado amanhã? Podemos comprar pão amanhã? Não é, gente? São essas as nossas tristezas, porque a gente trabalha bastante. E nós, que participamos, que somos conselheiras de direitos, que somos coordenadoras dos fóruns das entidades, trabalhamos muito mais, porque nós somos voluntárias, nós não ganhamos nada por estarmos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou por estarmos na coordenação do fórum. Nós damos, ainda, muito mais nesses espaços,

porque nós queremos crescer, nós queremos aprender, nós estamos abertos. E quando uma assessora da SMED vai nos visitar, ela diz para nós que vai nos fiscalizar. A SMED está aqui como fiscalizadora. Não, ela tem que estar lá como parceira para nos ajudar. Como nós vamos resolver o nosso problema? De fiscal nós já estamos cheios. Está cheio de fiscal em Porto Alegre. Nós precisamos de parceiros, de gente que diga para nós onde é o furo da agulha. É isso que nós precisamos achar, onde que está esse furo. Por que a educação não é respeitada? Eu sempre digo que, o dia em que todos nós voltarmos para a sala de aula, tivermos educação, aí, sim, nós vamos ter um Brasil decente. Enquanto nós tivermos esse nível de analfabetismo, as nossas crianças, quando saem das creches, com 6 anos, recebem um atestado de maioridade, porque elas não têm mais onde ficar. Elas têm que ficar na casa delas esquentando comida, tomando banho sozinhas, resolvendo a sua vida sozinhas. A não ser que o pai tenha bastante dinheiro para pagar um outro lugar onde ela possa ficar. Porque se acaba aí. As escolas, a maioria, trabalha meio turno, às 10h as crianças estão voltando para casa sozinhas, crianças com 6 anos. Enquanto nós, desde os primeiros meses até os 6 anos, cuidamos como se fossem um bibelô. Aos 6 anos, quando vão para a escola, recebem o atestado de maioridade. E tu vêes o teu trabalho todo jogado fora, porque o traficante está bem ali na esquina esperando para levar para casa; o abusador está bem ali esperando para levar a criança para casa. Esse é o nosso dilema, é esse o nosso sofrimento de todos os dias. É isso que tem que ir para a sociedade, para a mídia, quando a pessoa abre o coração e conta tudo o que está sofrendo. As nossas creches comunitárias, todas, passam pelo mesmo dilema que estou falando para os senhores aqui. Desculpem o desabafo, mas eu precisava fazer. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Então o Celso, a Edna, a Regina e a Adriana que não havia falado ainda, para suas considerações e propostas de encaminhamento. Desses dois grupos de encaminhando, nós vamos tentar construir em relação às instituições privadas e em relação às privadas comunitárias. Eu acho que na educação própria já há um encaminhamento mais objetivo.

O Celso está com a palavra.

O SR. CELSO STEFANOSKI: Primeiramente, eu vou aproveitar para fazer um convite. No sábado, dia 18, nós vamos fazer um debate, no Sinpro, sobre as políticas e práticas da educação infantil para discutir também os parâmetros curriculares nacionais com a professora Dra. Maria Luiza Rodrigues Flores, às 9h30min. Estamos convidando, claro, muito mais as professoras da educação infantil, porque depois teremos uma assembleia de professores para analisar a nossa proposta que foi negociada entre Sinpro e Sindcreches. Então teremos, no primeiro momento, o debate e logo após uma assembleia geral para fazer também a discussão sobre a proposta apresentada. Eu diria que há alguns encaminhamentos importantes. Nós estamos trabalhando com realidades diferentes, mas com os mesmos propósitos. Parece-me que todos estão aqui para poder discutir a melhoria da educação infantil. Só que nós temos, claro, a demanda dos pais, a demanda das crianças e a demanda dos professores, ou seja, dos profissionais que trabalham nessa educação infantil. E nós fomos procurados lá no Conselho pela Coordenadora do MEC para a Educação Infantil, que trouxe para nós essa realidade dos projetos do pró-infância, e parece que são várias escolas que estão sendo discutidas para serem implementadas. Acho que é importante que nós e a Prefeitura possamos, quanto antes, buscar que isso se realize. Essa é uma primeira questão. A segunda, como a gente também se reuniu com o Fórum Municipal da Criança e do Adolescente, com o pessoal que é das conveniadas, percebemos essa realidade difícil. Então, realmente, os convênios da Prefeitura são muito aquém daquilo que realmente se precisa numa escola, pelos relatos aqui, pelos relatos feitos lá na reunião que a gente participou enquanto sindicato, até para discutir as condições dos professores ou dos trabalhadores das creches conveniadas. Então, acredito que precisa também de um esforço maior do Poder Público e eu acho que esse credenciamento, pelo que a gente sabe que está sendo feito mais das conveniadas, é em razão das verbas do Fundeb. Então, eu acho que isso precisa ter retorno para essas escolas funcionarem como escolas. Porque também não podemos diferenciar crianças de trabalhadores com crianças que podem pagar. Todas elas têm direito à educação. Então, me parece que ali o Poder Público precisa intervir. Agora, claro, tem os outros aspectos da privada, que a gente tem trabalhado e acho que tem que avançar bastante, mais ainda, digamos assim, para a questão do credenciamento e também das condições. Mas isso, de alguma forma, está sendo tratado também com os sindicatos. Agora, nós podemos ampliar nessa conscientização da

importância da escola, do reconhecimento da escola, da necessidade de profissionais. Eu diria que como esse movimento também está sendo feito em nível estadual, com essa comissão da assembleia especial, parece que é uma comissão especial da educação, da comissão de educação, que está realizando plenárias em nível de cidades e depois vai congrega aqui uma plenária final. Para quê? Para reunir um diagnóstico, para poder, a partir do diagnóstico, buscar saídas para isso, para, digamos assim, pressionar o Poder Público e também as instituições privadas, de alguma forma, para que as escolas realmente funcionem como tal. Então, eu acho que tem alguns encaminhamentos e a gente poderia se somar também a esse movimento para fazermos a implantação das escolas. A Jussara me passou aqui que as construções de escolas infantis, com a verba federal, serão entregues às instituições comunitárias...

(Manifestação fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Não, todos os anúncios que nós tínhamos da Secretária é que seriam escolas infantis próprias. Mas eu me pergunto: será que não é o caso de cobrir o custo de uma creche comunitária? Quer dizer, vai deixar essa rede comunitária, com os dramas que têm, com o esforço comunitário que faz, e ampliar outra rede, diminuindo ainda mais a possibilidade de dar maior cobertura e qualificação a uma rede que existe?

O SR. CELSO STEFANOSKI: Pelo projeto que foi trazido ao conselho, o Governo Federal construiria a escola, daria toda a mobília, e aí a Prefeitura deveria assumir com os profissionais. Bom, nada impede que ela se localize numa periferia, numa vila, num bairro, que congrega ali várias crianças, e essas crianças que hoje estão numa creche conveniada sejam transferidas ou atendidas ali. Eu acho que isso também é possível para se fazer um aproveitamento do trabalho que o pessoal já vem fazendo.

(Manifestação fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Nelcinda disse que a Prefeitura está repassando de fato, está construindo, mas aí são contrapartidas, ou estão num programa

habitacional, não se trata do modelo de escola infantil própria que a Prefeitura teria que assumir.

A Sra. Edna, do Sindicreches, está com a palavra.

A SRA. EDNA PAULA DE PAULA: Eu queria colocar, primeiro, em relação à sala anterior – eu tive a minha sala –, que, de forma nenhuma, o Sindicato não acredita nessa regulamentação e não a ache importante – e também valorizo muito o trabalho que vocês têm feito. O que eu trago é em relação às diversas Secretarias. Então, acho que o Sereei é a Secretaria mais próxima que nós temos, é o órgão que está junto, orientando, nos dizendo o que precisa melhorar no nosso espaço, quais são as questões pedagógicas, enfim, de qualificação profissional. Mas o meu encaminhamento seria a solicitação de uma proximidade das diversas Secretarias para que a gente pudesse agilizar os processos. Foi isso que eu quis falar na minha fala e o nosso pedido é que não seja tão demorado e que a gente possa ter uma proximidade de todas as Secretarias. Como, eu não sei, mas acho que poderia ser um cantinho, ou alguém que possa ter uma circulação. Ou seja, que não saia, por exemplo, da Saúde, daí esquece lá na SMOV, depois sai da SMOV, fica mais não sei quanto tempo na EPTC, mas, sim, que possa haver essa integralidade. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Edna, está anotada a proposta.

A Sra. Adriana, representante da Seduc, está com a palavra.

A SRA. ADRIANA DE SOUZA COSTA MIRANDA: Boa-noite a todos, eu gostaria de agradecer a Ver.^a Sofia pelo convite, embora não estejamos no mesmo âmbito de ação prioritária, já que o Estado tem como ação prioritária o Ensino Médio, em cooperação, o Fundamental, ele ainda oferta educação infantil e pretende ofertar até que as coisas andem melhor, não se eximindo da sua responsabilidade enquanto Estado, mas também na limitação de não poder ampliar suas vagas. Gostaria de agradecer, então, a Vereadora porque, nessas falas, eu me aproprio ainda um pouco mais das nossas realidades, da realidade das creches comunitárias, conveniadas. Calcamos todos o mesmo chão e precisamos conhecer tudo isso, até porque é necessário que haja, para a solução dos problemas, uma porosidade entre as esferas de poder. Eu entendo que não haja só uma

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Audiência Pública 16JUN2011

Pauta: Debater sobre os desafios pedagógicos e legais da Educação Infantil pública e privada em Porto Alegre.

transversalidade, mas que haja uma comunicação entre as esferas de poder para que a solução dos problemas, que são imensos e antigos, possa vir à luz. Neste momento, então, eu entendo que a gente precisa continuar ofertando educação infantil de qualidade social, embora a contribuição do Estado seja, nas classes de pré A e B, quatro e cinco anos, que é o que nós temos oferecido inclusive aqui em Porto Alegre, de mais ou menos 2.300 vagas. Ainda não é um dado fechado, porque o senso ainda não saiu, mas esse foi um apanhado que nós fizemos. Eu prefiro lidar com os números oficiais do senso, mas gira em torno disso. Então, precisamos conhecer essa realidade bem de perto, inclusive a de Porto Alegre e do Estado todo, até porque nós estamos construindo um pacto pela educação infantil, enquanto Secretaria de Educação; estamos também construindo uma proposta curricular para a educação infantil indígena; estamos também construindo uma política pública para a Educação Infantil. Isso tudo precisa ficar muito bem entendido, principalmente em uma das falas, porque percebemos que os pais também precisam ser educados, que são os nossos alunos de Ensino Médio, de EJAs, e NEJAs, que precisam entender o que é que os seus filhos vão fazer nas creches e nas escolas. São muitas as ligações que eu recebo, e curiosas, em que os pais ficam perguntando: “O que é que o meu filho está fazendo na escola em que eu mesmo o matriculei?” Ele não procura saber isso antes. Ele tem certeza de que tem que pôr o filho lá, mas ele ainda não tem essa compreensão do que o filho vai fazer lá. Então, acredito que essa seja uma demanda do Estado, até entendendo a educação como integral, da pessoa.

Eu agradeço essa participação, agradeço o convite, agradeço a todos, e penso que o nosso esforço tem que ser imenso, contínuo, incansável, para que consigamos padrões de qualidade para a nossa Educação Infantil. O Estado está disposto a cooperar com isso na Secretaria de Educação e também a aumentar a proximidade das Secretarias Municipal e Estadual, para que possamos ofertar não somente Educação Infantil, mas também formação continuada. Como eu disse, nós estamos trabalhando em cima de uma política pública para a Educação Infantil, e existem muitos Municípios que não se constituem em rede. No Estado do Rio Grande do Sul, são em grande quantidade os Municípios muito pequenos que são desassistidos nesse sentido e onde não sabemos quem é o Secretário de Educação, nem qual é a qualificação que ele tem. Então, nós precisamos estar próximos dessa situação. São muitas as demandas, nós estamos de mangas arregaçadas e esperamos dar a nossa contribuição nesse particular. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Adriana.

A Sra. Regina está com a palavra.

A SRA. REGINA MARIA DUARTE SCHERER: Seguindo a linha que o Celso propôs, penso que temos, sim, alguns encaminhamentos. Um deles já está em andamento, um grupo de trabalho que a Gisela mencionou, composto pelo Conselho Municipal de Educação e pelos setores da SMED que trabalham com o encaminhamento dos processos, com a seguinte tarefa: primeiro, tentar formatar um documento de orientação – não sei se no formato de uma cartilha, qual é o formato que ele vai assumir -, a fim de orientar as instituições com relação ao processo de credenciamento, a todos os itens de documentação, todas as exigências feitas pelo Conselho, pela própria Secretaria com relação a isso. Fora isso, também uma formação voltada para os conselheiros, porque nós tivemos um processo de renovação de conselheiros este ano – nós somos 15 conselheiros, e renovaram 10. Então, houve uma mudança, e isso significa que tem pessoas novas chegando que vão precisar se apropriar da legislação, do sistema.

Pensou-se nisso, então, em uma formação conjunta entre Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação, cujo tema – e é por isso que chegamos a esses dados – é a análise dos processos de credenciamento e autorização de funcionamento. Então, nós precisávamos enxergar as instituições, para conseguir pensar, exatamente, que tipo de formação tínhamos que ter. Para quem está na Secretaria e que faz o atendimento à instituição de uma maneira direta, temos que saber que tipo de orientação dar, como informar a entidade da documentação, como orientar, como montar o processo, que cuidado tem que ter quando se faz a verificação, quando se constrói o relatório de verificação, a ficha das instituições, onde são analisados cada um dos pontos que estão na 003 e na 005, que são as resoluções que nos orientam para exarar os pareceres. Então, isso já é uma coisa que está acontecendo.

Nós temos, dia 21 de julho, a reunião conjunta dos conselheiros com os setores da SMED, onde vai ser feita essa formação. A ideia – é um cronograma que já pré-estabelecemos – é que, no dia 28 de julho, nós estejamos avaliando os processos de renovação de autorização de funcionamento das instituições privadas – são três que estão em andamento agora –, para que, no final de julho, a gente retome o processo de

plenárias do Conselho, porque também temos que aguardar que os conselheiros estejam habilitados, com as suas devidas nomeações publicadas no Diário Oficial, para que eles possam votar, para que eles possam ser relatores das matérias. Então, isso também faz com que esse trâmite demore um pouco mais.

Acredito que tem uma questão importantíssima que se precisa fazer, que é a discussão a respeito de regime de colaboração entre Estado e Município. Do que eu estou falando especificamente? Em uma dessas reuniões da Subcomissão de Educação Infantil que aconteceu na Assembleia Legislativa, uma das soluções que vem sendo apontada por cidades do interior do Rio Grande do Sul é o uso de escolas estaduais para que os Municípios ofertem, nesses lugares, a Educação Infantil. Por quê? Porque, com isso, tu não terias a questão da construção, que é um valor muito alto que precisa ser empreendido para se construir um prédio que atenda à Educação Infantil. Então, a lógica do regime de colaboração seria o Estado dizer que oferece a sala, e o Município assume a responsabilidade pela oferta naquele espaço, assim como tem a proposição, que eu já sei que já veio de outros setores do Estado, que é a de o Estado usar salas ociosas do Município para a oferta de Ensino Médio, por exemplo, porque não implicaria a construção de escolas. O Estado tem obrigação em relação à oferta do Ensino Médio, e o Município tem obrigação em relação à oferta da Educação Infantil. Então, precisamos afinar os discursos e as relações entre Estado e Município, para fazer o regime de colaboração que está previsto na Constituição Federal.

A outra discussão é com relação a Fundeb, porque as pessoas precisam entender o que é exatamente o Fundeb e o que ele significa em relação ao Município de Porto Alegre. O Município recebe recursos para compor o fundo, ou seja, ele contribui, porque ele é um fundo único; ele dá um valor que é um percentual, em cima de determinados impostos, vai tudo para um determinado fundo. Aí, na hora de repartir esse fundo entre todos os Municípios, o que acontece? É feito um cálculo em cima das matrículas que existem, e o Município só recebe recursos em relação à oferta de Educação Infantil, à oferta de Ensino Fundamental e durante quatro anos, das creches conveniadas, sendo que nós precisamos também lembrar que existe uma Emenda Constitucional, que é a Emenda nº 59, que diz que, a partir de 2016, a oferta dos 4 anos aos 17 anos é do Estado – o Estado que eu digo é o Município e o Estado; quando a gente fala Estado, estamos falando de qualquer um dos entes públicos. Isso significa que as matrículas das próprias creches

conveniadas, a partir de 2016, em relação aos quatro e cinco anos, não poderão ser contadas para efeito de repartição do dinheiro do Fundeb.

Então, é preciso que a Secretaria Municipal de Educação comece a pensar a lógica da oferta do atendimento por ela própria da Educação Infantil dos quatro e dos cinco anos. Por quê? Porque essa situação em relação às creches conveniadas, que é um esforço que tem toda uma questão social, que é importante, precisa ter em conta também que o olhar que se teve em relação às creches conveniadas no momento da autorização de funcionamento foi diferente daquele destinado às instituições privadas. Isso precisa ficar claro. Isso aparece quando mostramos a questão das recomendações. Então, se sabe, se reconhece a questão da situação das creches conveniadas, por isso a questão de fazer a avaliação dessas instituições dentro de um determinado critério. Isso também precisa ficar claro. Nós estamos falando de instituições, mas há olhares diferentes.

Outra questão que também precisa ser dita em relação às instituições públicas é que, pegando a história que a Edna trouxe, com relação à Educação Infantil, o que se tinha? Muitas dessas instituições públicas haviam sido autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação. Então, em algum momento da sua história, elas passaram, sim, por um processo de autorização de funcionamento, e, lógico, por conta da alteração da legislação, por conta de o Município ter virado sistema, essas instituições precisam se reapresentar, e nós estamos tratando disso como um processo de credenciamento. Não quer dizer, com isso, que elas estejam na ilegalidade, que, em algum momento, elas não tenham passado por um processo de verificação, mas que, na lógica do Sistema Municipal de Educação, isso ainda não aconteceu. Toda instituição pública, ao ser criada para ser sistema, inclusive o Município de Porto Alegre, reporta-se ao Conselho Estadual de Educação. Então, há algumas diferenças também em relação a essa situação.

Em relação às instituições privadas, eu acredito que, com essa discussão que estamos tendo no grupo, onde construímos os dados já olhando para os processos que estão dentro do Conselho, de que forma você vai fazer com que essa instituição, que já está há tanto tempo tramitando – porque, realmente, leva um tempo muito longo na tramitação de um processo, inclusive quando ele chega à SMED. Hoje de manhã, nós fizemos, a Daniela e eu, uma pergunta. Por alto, leva em torno de dois anos entre a instituição privada chegar até o Sereei e esse processo chegar até o Conselho Municipal de Educação e tramitar. Por quê? Porque os conselheiros também se reúnem uma vez por

semana, e isso significa que você tem que estudar, ler, e isso leva tempo. Nós queríamos que fosse mais rápido, mas você também tem determinados impedimentos para atender o que deve ser atendido.

Nesse trânsito entre o que a legislação exige e o desejo de que as instituições privadas e as públicas entrem num processo mais ágil é que esse grupo foi constituído, porque isso já aconteceu com relação às creches conveniadas. Agora é a vez das instituições privadas e públicas.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem. Vamos tentar compor dois grupos de encaminhamentos, um em relação às creches comunitárias, em que o problema está mais nítido. Tenho aqui uma proposta objetiva e de luta já de alguns anos que reduziria os custos, que é a isenção das taxas municipais. Em relação a isso, eu disponibilizo que a Câmara agende com o DMAE, com o DMLU, que faça a peregrinação e volte a ajudar, e aí os interlocutores são o fórum creche e o Conselho Municipal. Também o tema da CEEE, que não é municipal, mas estadual, é, de fato... tem uma palavra certa para isso... mas é perverso – vamos usar essa palavra -, porque repassa o recurso, mas o recurso é muito menor do que aquele que a creche precisa para sobreviver, e você cobra taxa dessa instituição. Aí não é uma crítica ao atual Governo, nós nunca superamos, sempre há as razões. Nós quase construímos isso aqui, num momento de debate da Câmara com o Governo Municipal, mas fica aquilo de “onde abre uma porteira, todo o mundo vai querer se caracterizar”. Só que talvez pudéssemos iniciar exatamente com o convênio creche. São 200 instituições atuando com crianças de zero a seis anos, o dia inteiro, um atendimento caro, porque é um atendimento com poucas crianças, muitos adultos e, imagina, em turno integral. São cinco ou seis alimentações ao dia, portanto poderíamos trabalhar com esse objetivo.

Segundo: sobre as creches ainda, está claro, Regina, que, se fosse atendimento próprio, seria muito mais caro, e talvez os salários dos professores e as condições da própria Educação Infantil fossem bem piores se nós tivéssemos 200 escolas municipais de Educação Infantil. Na verdade, há uma mais-valia nessa relação. É verdade, nós temos responsabilidade com o Fundef, e eu sou protagonista disso. Nós fomos impedidos de ampliar em Educação Infantil, tinha muita vinculação dos recursos com o Ensino Fundamental, e nós entendemos que, com o Fundeb, o quadro mude. O quadro precisa

começar a mudar, mas não apenas na quantidade. O quadro começou a mudar na quantidade, ele acelerou na quantidade, mas nós continuamos “com o pires na mão”, como diz o desabafo correto da Nelcinda. Por que eu digo que tem mudar na qualidade? Faço a seguinte proposta: que façamos uma reunião com o Conselho do Fundeb, porque o Fundeb passou a ser recurso de todos, da Educação Básica; portanto, o atendimento da Educação Infantil não pode ser de segunda ou terceira categoria; ele terá que ser compartilhado, os recursos são os mesmos. Claro que aqui a Regina disse “não, isso tem um tempo” – eu me lembro muito desse debate, inclusive na Conferência Nacional de Educação.

O posicionamento da Conferência Nacional de Educação é contra a terceirização da educação que é considerada a creche. Isso significa uma desresponsabilização do Poder Público, e por isso se datou... E nós, sabendo do drama daqui, nos preocupamos com essa data-limite de continuar atendendo terceirizadamente. A ideia é de que, no futuro, todas as instituições tenham a mesma condição, a mesma qualidade, mas para isso vai haver uma caminhada que não será simples. Mas o que eu não acho justo é que... Eu tenho andado em algumas creches; eu acompanhei, por exemplo, a Tecnobaby, e isso que a Nelcinda trouxe aqui a gente enxergou lá: “Olha, isso aqui eu tive que fazer”, e vá pedir dinheiro para a Gerdau, “porque senão eu não me enquadro”, e abre essa janela, e bota esse armário, e abre isso e faz aquilo, e não há recursos – eu ia fazer essa pergunta quando você estava falando, Gisela -, não há recurso extra para adequação.

Então, há um processo duríssimo com a creche comunitária, e elas responderam muito na grande expectativa de que do Fundeb viesse recurso. Então não é justo! A Prefeitura de Porto Alegre, com o Fundeb, partiu, perdendo dos seu recursos, 40 milhões/ano. Quantos milhões ela recuperou desse recurso com o ingresso das matrículas da creche comunitária? É justo que isso que foi recuperado seja aportado a mais, sim, no convênio creche comunitária. Eu acho isso correto, porque, se as creches comunitárias não tivessem feito esse esforço, não haveria esse recurso. Esse recurso não existia! Esse recurso foi perdido por dois ou três anos!

Eu quero deixar isso com essa ênfase, Regina, porque o Conselho está no Conselho do Fundeb, não é? A ATEMPA está no Conselho do Fundeb. Nós queremos que o Fundeb – leve como encaminhamento – faça essa análise de quanto recuperou e faça uma proposta. Todos que temos compromisso com a Educação Infantil temos que indicar isso,

porque é isso que não chega lá no reajuste das educadoras, não chega para sustentar a creche. Isso é um recurso que, se as creches tivessem cruzado os braços, dizendo “nós vamos atender de qualquer jeito”, não estaria em Porto Alegre! Não estaria! Eu não sei de quanto é o valor, mas são quantas mil crianças, Gisele, que entraram pelas 130 conveniadas? Pelo menos umas 1.500 crianças, por aí.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Não, não... Quantas estão contando para o Fundeb? Mas até isto nós temos que saber: quais, quantas, e que valor vocês recuperaram. É difícil sentar numa mesa para negociar como a em que vocês estiveram ontem com o Fortunati, se vocês não têm esse valor na mão para dizer: “Isto aqui tudo nós recuperamos para o Município”. Está sendo investido de novo nas EMEIs, meus colegas EMEIs? Aonde está sendo investido? Para onde foi? Ele não tinha, no ano passado um milhão, ou que sejam 200 mil, ou que sejam... Bom, o justo era estar entrando no convênio creches. Insisto nisso, não pelo pontual, mas porque vamos ter que repensar o financiamento: se Educação Infantil é prioridade do Município, e quem está cobrindo mal... Não mal como qualidade, mal em percentual, porque, aqui, nós não falamos em percentual, nós estamos em 30% de cobertura em Educação Infantil na cidade de Porto Alegre, quer dizer, nós precisamos expandir mais. Como vamos expandir mais se o recurso não acompanha? Então, é seriíssimo. E é seriíssimo, Sandra, quando a gente começou aquele debate da expansão do Ensino Médio pela Prefeitura. É seriíssimo! A Cleci defendeu expandir o Médio, mas como se não entra recurso para expandir Médio? E aí o regime de colaboração. Desculpem, eu não me inscrevi para falar, mas quero sustentar que se tem aspectos que se está trabalhando muito fragmentados; tem-se que pensar o todo desse financiamento, porque é muito desigual a relação que tem o Município com as entidades comunitárias; elas dão muito, e o Município não dá e não reconhece, o tratamento é muito diferenciado. Então, em relação às creches comunitárias, eu proponho que a gente faça uma reunião, faça uma solicitação ao Conselho do Fundeb, que se faça uma reunião com o Conselho do Fundeb.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): E eu proponho que no Conselho do Fundeb, Nelcinda... Tem ou não tem representação das creches comunitárias? Não deve ter. Nós vamos mudar essa Lei, então, porque é Lei Municipal, já se tira um encaminhamento. Tem que ter, porque é mínima a composição estabelecida pela legislação federal. Então, já fica um compromisso desta Casa, da Câmara...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Não, a gente reavalia a Lei do Conselho do Fundeb. Pode ser um encaminhamento: reavaliar a Lei do Conselho.

A SRA. REGINA MARIA DUARTE SCHERER: Sofia, indo na linha dessa tua proposição, acho que é aceita perfeitamente pela Secretaria no sentido de que, com certeza, se esses recursos vieram para os cofres municipais, eles estão disponibilizados para a divulgação. Com certeza, a Secretaria Cleci, como interlocutora do Governo, passará esses dados para o Conselho do Fundeb sem problema nenhum em termos de recurso, Regina, que é aquilo sobre que a Ver.^a Sofia falava.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Sim, sim, eles existem, talvez não estejam na mesa de negociação.

Sobre as creches privadas. Eu estou aqui me responsabilizando pelas reuniões com as Secretarias que cobram as taxas e por desencadear essa reunião com o Conselho do Fundeb, que vai ter que aprender junto com o Conselho de Educação, que tem, talvez, mais domínio dos dados, para a gente estudar. Hoje qual é a composição que, no Município, há? A gente sabe que esse dinheiro não vai fora; esse dinheiro é usado na Educação, só que nós vamos ter que olhar como está essa fatia e ver como é que a gente dá mais suporte à Educação Infantil.

Quanto às Escolas de Educação Infantil privadas, a proposta, como entendi, da Regina, é que o GT, que, por enquanto, está pensando numa cartilha e na qualificação dos Conselheiros, trabalhe – ou não é o GT? – com a desburocratização, como foi feito com relação aos alvarás, com intervenção de todas as Secretarias, porque, para além de

conscientizar, para além de chamar, tem que facilitar, o que é o apelo da Edna. Não é desrespeitar, é facilitar, é agilizar, é priorizar; não dá para uma aprovação de alvará... Gente, nós estamos vivendo uma situação insólita: foi aprovado um alvará, de forma rapidíssima, para uma pizzaria que botou abaixo a casa da Agapan num terreno público. Então, não é possível que um alvará para instituição infantil tenha toda essa burocracia. Agora quero levantar algo polêmico, sei que as Escolas Infantis privadas vão pular: não consigo conceber – e a gente não precisa pensar para trás, mas pode começar a pensar para frente – que se conceda um alvará se não tem o PPCI, a aprovação da Educação.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Mas não tem. Não é da SMED que eu falo, eu falo do Conselho. Por exemplo, tu só abres uma 5ª série se o Conselho Estadual ou o Municipal de Educação disser: está autorizado, porque cumpre... Acho que vamos ter que mudar – e aqui é um desafio processual, não se pode fazer de uma hora para outra: a autorização para funcionamento de escola infantil privada terá que pressupor credenciamento. Essa é a minha avaliação. Nós vamos colocar lá como horizonte. Não dá para botar a funcionar, gente, só com autorização de funcionamento pela SMIC, pela Saúde, porque o objeto ali não é uma lancheria, não é um comércio: é Educação. Então, o primeiro credenciamento é o da Educação; o segundo, o da localização; o terceiro, do isso, do aquilo, se a Educação vai exigir. Falo em tese, porque não vamos botar todo o mundo na ilegalidade, como diz a Regina, mas acho que, com as novas, poderíamos mudar o procedimento. Então, sugiro a esse Grupo de Trabalho que estude qual o procedimento, hoje, para se abrir uma instituição de Educação Infantil e ponha, em primeiro lugar, ela estar autorizada a atender Educação Infantil, porque Educação é uma concessão, e não pode ser concessão de estruturas: tem que ser uma concessão principalmente pedagógica. Acho que nesse processo nós perdemos essa principalidade, e isso tem que ser retomado. E é o que é mais forte nas escolas. Então, hoje a gente está...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): As escolas não terão problema, a palavra da Edna foi: não precisamos de credenciamento para ter qualidade. Mas não precisamos também...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Acho que trabalhei errado a expressão tua. Tem uma distância ali, muitas têm qualidade e nem se credenciaram, é a pura verdade. Então, significa que, sim, as pessoas, ao abrir uma creche, elas pensam como vão atender as crianças, então não há o problema de o fluxo ser modificado.

Quanto ao atendimento geral da Educação – abri um outro item aqui – é o tema do regime de colaboração. Gosto muito da discussão que os Municípios estão trazendo, desse compartilhar, Adriana. O Município de Porto Alegre, por exemplo, tem duas escolas de Ensino Médio, e elas não recebem nenhum pila por isso, nenhum tostão. São duas escolas de Ensino Médio tradicionais, antigas. O Estado do Rio Grande do Sul atende a Educação Infantil? Não recebe dinheiro para isso. Não é possível fazer esse caixa de compensação. Para que isso? Para que aproveitemos território e instalações, porque não temos como atender a Educação Infantil sem as instalações da escola estadual em Porto Alegre, não temos como expandir rede. Então, sobre o atendimento geral, acho que o que a Regina propõe é ótimo: é sentar Estado e Município... Queria que tu levasses para o Secretário Estadual, se ele se dispõe, nessa dimensão, pensar o território de Porto Alegre, e como é que nós podemos cruzar de fato pensando no sujeito – no menino, na menina, no estudante -, porque, na verdade, cada Rede cuida das suas coisas, e os estudantes mesmo não são cobertos por ninguém. Sobrou, sobrou, paciência. “Eu atendo isso, eu atendo aquilo. E os que sobraram? Os que sobraram, vamos ver.” Eu gosto muito da ideia de que a gente pudesse participar disto: pensar Porto Alegre nesse regime de colaboração.

A SRA. ADRIANA DE SOUZA COSTA MIRANDA: Eu gostaria de fazer uma fala nesse sentido, porque existe já esse regime de colaboração; nos outros Municípios, isso tem sido amplamente utilizado, são muitas as cessões de uso já feitas entre o Estado e os Municípios. Podemos conversar um pouco mais sobre a questão de Porto Alegre e ver o

que é preciso fazer nesse sentido, mas isso já tem sido feito amplamente pelo Estado com os outros Municípios, inclusive existem Coordenadorias, como a 7ª e a 27ª, que já não ofertam mais Educação Infantil pelo Estado. A 27ª, se não me engano, com umas 400 vagas por concessão de uso. Isso é totalmente viável e tem sido feito lá na própria Secretaria, com o Departamento de Articulação com os Municípios, dentro da própria Secretaria. É um acordo que se faz lá.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Quem fica responsável por desencadear isso? O Conselho, Regina?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Sim, sim, mas uma delas, assume, vamos lá... A SMED?

A SRA. REGINA MARIA DUARTE SCHERER: O processo normalmente é feito...

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A partir do Município...

A SRA. REGINA MARIA DUARTE SCHERER: A partir do Município, ele procura o DAM, por intermédio da 1ª CRE, inclusive. Eles podem fazer esse contato lá, porque o caminho é esse.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Porque se a gente não tira um responsável, ninguém faz nada. E eu só queria incluir um dado, para ficar para a reflexão da SMED, do Fórum e do Conselho: ali no Humaitá, numa reunião com a comunidade que fizemos há duas semanas, a comunidade fez questão de mostrar, Regina, que tem condições de ampliar quase 200 atendimentos em Educação Infantil. A Nelcinda estava comigo. E só para bebês são uns 50. E o que falta? Instalações excelentes, condições plenas. O Santa Luzia, por exemplo, lindos os espaços. O que falta é o limite do convênio.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. REGINA MARIA DUARTE SCHERER: Até onde eu sei – o Paulo Renato, que é da Sejur, não está aqui na sala -, mas o que impediu o conveniamento com a obra social Santa Luzia – não é Nelcinda? – foi exatamente porque não se pode ter dois convênios com o mesmo objeto. Pelo menos é o que...

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Por isso é que estou sugerindo que o convênio seja maior, porque se uma escola infantil, municipal, atende 200 crianças, por que...

A SRA. REGINA MARIA DUARTE SCHERER: A última faixa de atendimento, Sofia, no caso instituída...

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Estou propondo criar, é isso.

A SRA. REGINA MARIA DUARTE SCHERER: E essa discussão está passando agora pela renovação do convênio.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Então, está bem. Nós temos hoje entidades que são religiosas, com espaço físico, com condições e que não precisa ser criada uma outra instituição, porque 200 crianças não é um absurdo atender num espaço de Educação Infantil, nós temos plenas condições. Então, está na pauta revisar os limites, as faixas de atendimentos nos convênios.

A SRA. MARLY FREITAS CAMBRAIA: Represento o CPERS-Sindicato no CME. Eu trago a proposta de campanhas institucionais: pela Câmara, pelo Estado, pelo Município, todos os que têm acesso a campanhas. Nós vemos que professor é importante pelo “Todos pela Educação” na tevê. Bom, vamos ver as campanhas institucionais mudando a cultura de que Educação Infantil não é depósito nem é direito de pais: é direito de crianças. Acho que é importante.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem. Eu tinha pensado em propor uma campanha em que a Câmara pudesse ser parceira, no sentido do credenciamento e a

garantia do professor no atendimento. Eu acho que essa é uma excelente idéia, que está incorporada.

O SR. AVENTINO ALFREDO AGOSTINI: Hoje é um dia dos mais felizes da minha vida, porque estamos aqui com uma legisladora. Na Escola Infantil que eu acompanho, isso há 5 anos, nós não temos problemas de indisciplina, de aprendizado e de agressão. Estamos com um problema muito sério: as crianças, depois que saem da escola, elas querem voltar. Existe alguma legislação que permita que as crianças que saem dessa instituição voltem para o âmbito escolar? O que podemos fazer? Porque, hoje, eu tenho experiência em formação de pessoal. E lá, as professoras não se importam se as pessoas têm título de mestrado, doutorado, qualquer coisa: o que importa é se elas tenham afeição pelas crianças, e se as crianças toleram a professora. Eu acho isso fundamental, muito mais importante que qualquer título, certo? O que eu faço com essas crianças? E o que a legislação pode fazer para proteger essas crianças ou essas escolas para onde as crianças querem voltar? Normalmente, o que a gente vê hoje é que as crianças querem se livrar da instituição. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem. No espaço de Escola Infantil, a legislação prevê atendimento de Educação Infantil. Tem que ver um outro espaço para oferecer um atendimento alternativo; há outros programas, como SASE – Serviço de Apoio Socioeducativo, no contraturno da escola. Há várias alternativas, agora, junto à Escola Infantil, eu acho que não, não é, Dra. Gisela?

O Sr. Celso está com a palavra.

O SR. CELSO STEFANOSKI: Quanto a essa situação do regime de colaboração, nós já aprovamos lá no Conselho algumas situações de parcerias em relação ao Estado e Município. Como o Conselho faz parte de alguns Municípios onde não tem sistema, quando discutirmos isso, eu acho que é importante também convidar o Conselho, porque nós temos uma comissão, que se chama Regime de Colaboração, que já discute com a Undime e com UNCME as situações relacionadas a problemas que não são só da

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Audiência Pública 16JUN2011

Pauta: Debater sobre os desafios pedagógicos e legais da Educação Infantil pública e privada em Porto Alegre.

Educação Infantil, mas em relação também a outros temas. Eu acho que é importante que se pudesse também trabalhar a partir desse grupo constituído.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Ótimo. Então, é assim: são as duas Secretarias, mas chamam os dois Conselhos, não é Gisele? Essa é a grande tarefa.

Muito bem, gente, nós sabíamos que, mesmo com poucas pessoas, o tema é tenso, desafiador e muito importante. Quero agradecer a presença de todos e dizer que ficamos muito orgulhosos de tantos militantes dedicados à causa da Educação Infantil, cada um na sua ponta, dedicando tempo da sua vida, porque, afinal, é uma tarefa das mais nobres, mais gratificantes. Boa-noite a todos, bom descanso e até as próximas reuniões.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a Reunião às 22h01min.)